

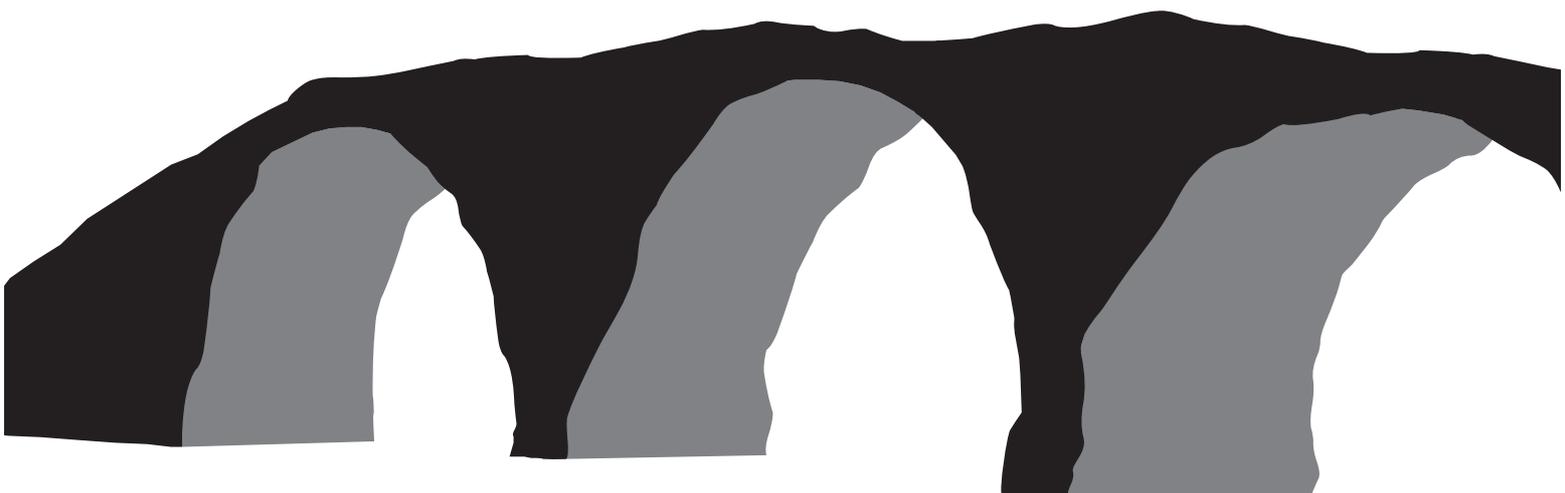
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 3 | Número 1 | Janeiro – Junho 2009

ISSN 1981-5875

**IDENTIDADES, DIÁSPORA E HIBRIDISMOS: ARQUE-
OLOGIA HISTÓRICA E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO
SUL DO BRASIL – EXPERIÊNCIAS, EXPERIMENTOS
(CAXIAS DO SUL/RS – SÉCULO XIX)**

José Alberione dos Reis
Maria Beatriz Pinheiro Machado
Olavo Ramalho Marques



IDENTIDADES, DIÁSPORA E HIBRIDISMOS: ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL – EXPERIÊNCIAS, EXPERIMENTOS (CAXIAS DO SUL/RS – SÉCULO XIX)

José Alberione dos Reis¹
Maria Beatriz Pinheiro Machado²
Olavo Ramalho Marques³

RESUMO

A região nordeste do Rio Grande do Sul tem sido, já por vários anos, contemplada com pesquisas no campo da Arqueologia Pré-Colonial. A problemática que enfocaremos se insere no campo da Arqueologia Pós-Colonial e da Arqueologia Comunitária. Trata-se de um trabalho inédito e pioneiro nesta região. Além disso, inserido nestas circunstâncias, vai colaborar e acrescentar conhecimento ao que já vem sendo pesquisado pela História, Antropologia e Sociologia.

RESUMEN

La región del nordeste del Rio Grande do Sul ha sido, hace ya varios años, contemplada con investigaciones en el campo de la Arqueología Precolonial. La problemática que enfocamos esta inserida en el campo de la Arqueología Poscolonial y de la Arqueología Comunitaria. Se trata de un estudio inédito y pionero en esta región. Además, inserido en estas circunstancias, va a colaborar e acrecentar conocimientos a los estudios desarrollados por la Historia, la Antropología y la Sociología.

ABSTRACT

The northeast Rio Grande do Sul/Brazil has been, for several years now, contemplated with researches in the field of pre-colonial archeology. The debate that follows is seated in the field of post-colonial archeology and community archaeology. This is a pioneer work about this region. Moreover, in these circumstances, this work will collaborate and add knowledge to the set of what has been investigated by History, Anthropology and Sociology.

1 Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (CCH/UCS); Maestro Mendanha, 210/401-Santana-Porto Alegre/RS CEP 90620-160; leparqucs@gmail.com

2 Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (CCH/UCS); Rua dos Ipês, 509/21-Cinquentenário-Caxias do Sul/RS; mbpmacha@ucs.br

3 Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (CCH/UCS); Machado de Assis, 738, Centro, Osório/RS. CEP: 95520-000; olavomarques@yahoo.com

COMEÇANDO

Vamos aqui falar das teorias e das metodologias que utilizamos. Também situaremos onde e porque lá estamos trabalhando. Finalizando, apresentamos o muito que ainda faremos, no possível, pelas futuras ações. Enfim, este texto visa apresentar uma proposta em movimento, com o que já foi pensado, o feito e os futuros fazeres. Por isso, no título, experiências e experimentos.

Claro, sempre tendo a Arqueologia como nosso assentamento de trabalho.

A pesquisa arqueológica que estamos realizando tem por principal objeto estudar a cultura material advinda de unidades domésticas da imigração italiana. Tem dois principais objetivos: 1º - interpretar os significados e os sentidos discursivos das práticas cotidianas relacionadas com a cultura material das unidades domésticas identificadas arqueologicamente e referentes à imigração italiana no município de Caxias do Sul (século XIX), enquanto signos e enquanto manifestações que expressam a existência de identidades culturais de grupos humanos em diáspora e em hibridismo num processo de diferenciação de culturas; 2º - propiciar construções de sentimentos e ações de pertença em relação aos testemunhos arqueológicos a serem evidenciados, estimulando sua resignificação e apropriação pelos grupos sociais envolvidos com a pesquisa. Estes objetivos visam à elaboração e a execução de uma proposta que considere, conjuntamente, a produção acadêmica do conhecimento arqueológico imbricada na multivocalidade dos grupos sociais envolvidos nas pesquisas. No nosso agora, estamos atuando precipuamente no segundo objetivo.

A região nordeste do Rio Grande do Sul tem sido, por vários anos, contemplada com pesquisas no campo da Arqueologia Pré-Colonial. A problemática que sequiremos enfocará o campo da Arqueologia Pós-Colonial. Trata-se de um trabalho inédito e pioneiro nesta região. Além disso, inserido nestas circunstâncias, vai colaborar e acrescentar conhecimento ao que já vem sendo pesquisado pela História, pela Antropologia, pela Sociologia dentre outros campos do conhecimento.

Nosso trabalho já se encontra em andamento. Atividades de Arqueologia Pública, Arqueologia Comunitária e de Educação Patrimonial já se efetivaram com professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Generosi, bairro Forqueta, município de Caxias do Sul. Foram encontros de instrumentalização teórico-metodológica visando futuras ações com alun@s⁴ do 2º ano do ensino fundamental. Tais atividades e ações já aconteceram. Como resultado destas, acompanhados e guiados pelos alunos e seus familiares vamos entrar na Área Piloto em busca de conhecer e identificar as unidades domésticas onde atuaremos nos futuros trabalhos da pesquisa arqueológica de campo.

4 Apesar de ainda não estar normatizado e nem consagrado em manuais de estilo adotamos o uso do símbolo '@' para indicação de gênero, em sua completa abrangência.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL

A pesquisa arqueológica é assumida como um trabalho científico que utiliza teorias e métodos próprios. Tem por meta a interpretação dos processos, das mudanças e das continuidades acontecidas em grupos humanos, desde a origem da humanidade até os dias de hoje. O objeto da Arqueologia está compreendido na chamada cultura material, vestígios e coisas usadas e transformadas pelas sociedades humanas no passado. Ultrapassando a mera coleta de objetos e artefatos, a pesquisa arqueológica produz conhecimento científico relacionado à trajetória dos seres humanos sobre o planeta. Comumente, a pesquisa arqueológica em relação aos seus objetos vem, academicamente, sendo marcada por uma ainda incompatível divisão: Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Histórica.

Aqui cabem algumas observações com relação a abrangência do campo da Arqueologia Histórica. É terreno de muita controvérsia e debates. Para muitos historiadores nem deveria existir tal arqueologia. No entanto, discordamos desta alusão. A Arqueologia Histórica pode ser entendida, pelos arqueólogos, sob algumas diferentes perspectivas (Zarankin e Senatore apud Orser 1996): a) estudo de um determinado período histórico e suas respectivas fontes; b) como metodologia e técnicas para o estudo de sociedades com fontes escritas; c) pesquisa e interpretação dos processos da modernidade e do capitalismo no mundo. Em nosso trabalho estamos interessados na última perspectiva mencionada. Estudaremos a cultura material produzida por diferentes grupos humanos em diáspora e em hibridismos nos contextos do capitalismo – Europa e América Latina -, na décadas finais do século XIX. São pessoas – imigrantes italianos - advindas de um processo então recente e inacabado de unificação política. Trazem consigo as motivações e as certezas de que no “Novo Mundo das Américas” serão proprietários de terra e padrões (Franzina 2006, Grosselli 1987).

Como imbricar Arqueologia Histórica com a cultura material advinda de unidades domésticas de imigrantes italianos no sul do Brasil? Para responder, consultamos alguns textos onde poderíamos encontrar possíveis referências e pistas sobre esta temática.

No que diz respeito a Arqueologia Histórica no Brasil encontramos quatro sínteses gerais de caráter retrospectivo e bibliográfico. Lizete e Symanski (1999) apresentam um breve panorama da Arqueologia Histórica no sul do Brasil. Comerlato (2003) tece considerações retrospectivas sobre tal arqueologia no estado de Santa Catarina. Fazendo um balanço bibliográfico, Lima (1993:225) pontua interesses de pesquisadores sobre “(...) contextos derivados dos colonizadores europeus e seus descendentes (...)”. Mais adiante lista novas perspectivas que estariam sendo abertas no âmbito da arqueologia histórica brasileira pelos anos 1980. Nos autores acima e na bibliografia apresentada nos textos não há menção

da temática que buscamos esclarecimentos. Symanski (no prelo⁵) elaborou uma ampla revisão da arqueologia histórica no Brasil contemplando as orientações teóricas e as principais problemáticas das pesquisas realizadas nos últimos vinte anos. No seu texto, ao falar sobre arqueologias do capitalismo acentua sobre “(...) enormes movimentos populacionais transoceânicos que foram produto desse processo, envolvendo populações da África, Europa e Ásia, que remodelaram a configuração material, social e cultural das Américas”. Seguindo, ao comentar sobre temática de identidades e encontros culturais, o autor destaca que: “A construção e manutenção de identidades étnicas e culturais é outra via de pesquisa que tem recebido considerável atenção nos últimos quinze anos”. Nestas duas citações e no texto como um todo, a temática da imigração no sul do Brasil não é explicitamente contemplada.

Abordando a Arqueologia Histórica na América Meridional, ao realizar uma revisão sobre a história e o desenvolvimento desta arqueologia, Zarankin (2007) não explicita nenhuma pesquisa que tenha se dedicado a temática da imigração. Esta circunstância não recebe referência alguma quando o autor destaca uma linha de pesquisa denominada de “Arqueología de los discursos, prácticas e identidades” (Zarankin 2007:31). Curiosamente, outra linha destacada - “Arqueologia de la producción de vinos” (Zarankin 2007:29) – faz referência a produção destes para o período colonial espanhol. No final do texto, o autor apresenta um pequeno comentário em relação as propostas da Arqueologia Pública em termos de compromisso social e interação com comunidades locais. Esta linha é a que mais destacaremos neste nosso texto. Por esta verve agimos em relação a temática da imigração italiana no sul do Brasil.

Em busca de respostas para a pergunta acima formulada deixamos o Brasil e a América Meridional. Fomos para o mundo. Outros textos, outras leituras. Consultamos treze livros que tratam das mais variadas concepções, teorias e abordagens no campo da Arqueologia Histórica. Destes, apenas quatro (Funari et al. 1999, Leone e Portter 1999, Orser 2002, Spencer-Wood 1987) enfocam explicitamente a temática da imigração sob várias aspectos: imigração italiana; identidade étnica e comunidades; práticas comerciais; conceituações e abrangências enquanto processo; a presença de chineses na Austrália (1890/1930), bem como, de judeus nos Estados Unidos (1840/1930). Nos demais nove (Buchli e Lucas 2001, Burke 1999, De Cunzo e Herman 1996, Gibb 1996, Given 2004, Gosden 2004, Hall 2000a, Hall e Silliman 2006, Johnson 1996), nada é referido explicitamente. Apesar de serem textos que versam sobre variadas compreensões teórico-metodológicas da Arqueologia Histórica, a temática da imigração neles não foi considerada.

5 O autor nos enviou gentilmente seu texto que ainda se encontra no prelo. Por este motivo, não fizemos referências pontuais de páginas referentes às citações. Autorizou-nos o seu uso nesta nossa escrita.

Neste caminho pelo mundo também enveredamos pelas redes da internet. Nos deparamos com um site denominado de CHAT – Contemporary and Historical Archaeology in Theory. Segundo informações ali contidas, este site divulga conferências anuais e promove diálogos entre pesquisadores nos campos da Arqueologia Histórica e da Arqueologia do Mundo Contemporâneo. Representa um grupo que está baseado na Inglaterra mas com perspectivas internacionais. Em relação a última conferência, acontecida em novembro de 2009 (CHAT 2009), nos 31 resumos publicados não aparece nenhuma alusão explícita sobre a temática da imigração.

Assim, uma pequena amostra de referências para apostas em um campo novo da pesquisa arqueológica no Brasil. É claro que os textos acima referidos conformam um pequeno conjunto diante da grande produção da Arqueologia Histórica nas Américas. Mas, neste pouco podemos demonstrar que a temática da imigração ainda é bem pouco contemplada.

Motivados por esta constatação estamos estimulados a este desafio de produzir conhecimento arqueológico em relação aos objetivos antes apresentados. Trata-se de um campo inédito⁶ e ainda com um enorme potencial a ser explorado.

Muitos são os temas que podem ser investigados no âmbito da Arqueologia Histórica (Orser, 1992). Duas abordagens têm sido muito fecundas - Arqueologia do Capitalismo e Arqueologia do Mundo Moderno. Nesta direção, Tânia Andrade Lima (2002), pioneira no Brasil, examina localmente a penetração da lógica do capitalismo no Brasil, através de bens de consumo industrializados, de novos valores e idéias, resultando em novas práticas e atitudes:

(...) apontando de que forma, no século XIX, as nações centrais lançaram no mundo periférico as sementes do que viria a ser tornar um dos mais espetaculares e perversos processos de dominação de toda a trajetória da humanidade. De que modo foram insidiosa e gradativamente infiltradas nas mentalidades oitocentistas, junto com os objetos que aqui eram despejados maciçamente, rotinas, hábitos, valores, noções, comportamentos que nos tornariam econômica e ideologicamente subjugados, absolutamente rendidos às idéias e aos produtos das nações industrializadas. De forma esses comportamentos, valores e hábitos impregnaram os objetos do dia-a-dia, as atividades banais e corriqueiras, os gestos cotidianos da sociedade brasileira do século passado [XIX], em suma, as suas mentes, até torná-las absolutamente dependentes da produção material e intelectual dos países centrais. Investigamos, em última instância, de que forma penetrou e se desenvolveu nas mentalidades oitocentistas o germe do capitalismo, na etapa embrionária da sua implantação no Brasil (Andrade Lima, 2002:17).

6 Inédito em relação à região serrana do Rio Grande do Sul. Conforme Tessaro (2009), desde 2005, a chamada “Quarta Colônia da Imigração Italiana”, que abrange vários atuais municípios da região central do estado, vem sendo contemplada com pesquisas arqueológicas. Trata-se do projeto de pesquisa “Projeto de Salvamento Arqueológico da Quarta Colônia”, sob responsabilidade do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria. O projeto consiste numa análise da cultura material de dois sítios arqueológicos na cidade de Silveira Martins/RS.

A contundência da autora faz perfeito assento no que trabalharemos. Na geopolítica do Império oitocentista brasileiro aliada às decisões também políticas e econômicas de um recém unificado país, dito Itália, não poderíamos encontrar nos imigrantes italianos – suas famílias e parentela – ecos de mentalidades oitocentistas capitalistas que iremos encontrar na materialidade aqui produzida? No mesmo contexto, em termos de biopolítica (Foucault 2008a), o mesmo Império, ativando ideologias de branqueamento e de trabalhadores qualificados para áreas devolutas no sul do Brasil, incorpora tais agenciamentos nas políticas imigrantistas (Seyferth 2002). É na materialidade do espaço vivido e construído que as pesquisas arqueológicas poderão constatar vestígios materiais de tais contextos e suas devidas interpretações..

Agiremos num tipo de sítio que requer algumas considerações. Trata-se de uma forma de ocupação humana conhecida pela Arqueologia como “unidade doméstica” (Blanton 1994, Barile and Brandon (eds.) 2004, Orser 2002, Mrozowski 1984, Hadley 2002, Wilk e Rathje 1982, Groover 2005, Kertzer 1991). Para conceituá-la, indicamos o que aponta Mary Beaudry:

Reconhecer a variação na composição familiar é o que conduz a uma definição de unidade doméstica como não estando restrita ao parentesco. Unidade doméstica é um grupo doméstico co-residente composto por aqueles que partilham o mesmo espaço físico com propósitos de comer, dormir, descansar, lazer, crescer, criar crianças e procriar. Acentua localização, função e relações residenciais (Beaudry 1984:31).

A Arqueologia das Unidades Domésticas, além de ampla pesquisa em fontes documentais escritas, iconográficas, cartográficas, orais, entre outras, tem seu foco na materialidade dos vestígios exumados em um sítio que instigam e propiciam relações e interpretações das práticas da vida cotidiana (Gardiner 2000): fragmentos de materiais das mais variadas e diversas procedências, estruturas arquitetônicas presentes e ou remanescentes e dados oriundos de estudos da espacialidade vivida e construída no contexto de uma unidade doméstica. Giron (2008) apresenta algumas características do que se compreenderia como uma unidade doméstica da imigração italiana:

A organização interna da propriedade era simples: nos fundos da casa de madeira, havia um estábulo, conjugado com o paiol. (...). Ao lado da casa, havia uma pequena horta cercada de taipa, (...). Cerca de 100 metros da casa havia um poteiro, cercado de arame e taipas, onde os animais eram soltos. A poucos metros do estábulo, localizava-se o chiqueiro e o galinheiro. (...) Para trabalhar em toda a propriedade, havia necessidade de uma atividade conjunta e constante de toda a família(Giron 2008:24).

O mundo material pesquisado por esta Arqueologia das Unidades Domésticas aponta para o que Orser (1996) enfatiza como sítios arqueológicos da Era Moderna que apresentam vestígios materiais resultantes de interações mundiais: cada sítio arqueológico como sendo um receptáculo e um conjunto onde se reúnem o capitalismo, o colonialismo, a modernidade e o eurocentrismo (Zarankin e Senatore 2007, Leone e Potter Jr. 1999, Johnson 1996, Zarankin e Salerno 2007, Funari 2007a, Hall e Siliman 2006). Marcando muito bem a abrangência de se pesquisar arqueologicamente unidades domésticas, diz Tocchetto (2004):

A cultura material que compõe os contextos arqueológicos das unidades domésticas estudadas informa sobre atitudes, valores, modos de vida e sua interpretação caminha na direção de seu papel simbólico na conformação de limites sociais, divisões culturais e posições na estrutura social (...) de homens e mulheres dos grupos domésticos. (...) A cultura material deve ser decodificada e as práticas interpretadas para revelar seus possíveis significados no contexto da sociedade brasileira oitocentista. Soma-se a isto o fato de que os ambientes em que os sítios domésticos estão assentados e seus traços arquitetônicos e paisagísticos são os restos das expressões materiais dos seus habitantes no passado, de como percebiam a si mesmos e afirmavam-se como grupo no mundo físico e social. As unidades habitacionais são os espaços onde se pode perceber as diferentes maneiras de apropriação dos discursos, concretizadas nas práticas cotidianas construídas e observadas na própria materialidade da vida doméstica (Tocchetto 2004:22).

Isso posto, apresentamos o que faremos e nos instiga para futuros trabalhos de uma Arqueologia das unidades domésticas da imigração italiana no município de Caxias do Sul.

No prosseguir, falaremos de nossas propostas e do que já fizemos no âmbito do segundo objetivo inicialmente destacado.

ARQUEOLOGIA: NOSSAS PROPOSTAS.

A Arqueologia, enquanto campo de produção do conhecimento possui uma longa trajetória no Brasil que amadureceu no século XIX e se consolidou ao longo do século XX. Em todo este período, a arqueologia brasileira acompanhou o desenrolar das transformações ocorridas neste campo. Transformações estas que se processavam nos aspectos metodológicos e teóricos da disciplina conforme amplamente estudadas por Ferreira (2007, 2002, 2001a, 2001b, 2000, 1999). Contudo, esteve por muito tempo, marcada por uma visão que é característica do senso comum com respeito à arqueologia, a de que sua essência se resume a escavação, conforme verifica Funari (2007b):

(...) o empirismo que esteve subjacente à primeira leva de arqueólogos acadêmicos fez com que se igualasse Arqueologia e escavação. Entenda-se escavação no sentido de trabalho de campo, não todo o processo que começa com um problema,

que se desenvolve em um projeto de intervenção no campo, que gera artefatos a serem estudados, que implica em publicações, que, enfim, produz conhecimento (Funari 2007b:149).

Com a afirmação de diferentes correntes teóricas, destaca-se a consolidação da Arqueologia como campo autônomo, dotada de marcos teórico-metodológico próprios e responsável por uma substancial produção de conhecimento científico. Através da cultura material, os arqueólogos buscam estabelecer as relações entre os homens mediadas pelas coisas que produzem. Cabe assim, compreender a cultura material como expressão das escolhas sócio-culturais, das técnicas, dos métodos e conhecimentos que determinam sua confecção, bem como das idéias, sentidos, intenções e elementos simbólicos das quais se encontra igualmente carregada.

O acima exposto, pelo lado da Arqueologia.

Por outro e pelo que até este momento estudamos, constata-se que a História, a Antropologia, a Sociologia, a Arquitetura, a Linguística entre outros campos, já vem se dedicando, desde 1975 aos mais variados temas relacionados com a imigração italiana. É o que destaca Mocellin (2008):

A década de 1970 foi marcada por uma significativa produção sobre o tema da imigração italiana e seus desdobramentos. São obras produzidas por intelectuais locais de ascendência italiana, que tratam dos aspectos históricos, culturais, econômicos e lingüísticos da imigração (Mocellin 2008: 48).

Já está intensamente considerada em vários campos do conhecimento. Podemos destacar, dentro da ampla produção bibliográfica, os trabalhos de De Boni e Costa (1984), Posenato (1983), Mocellin (1993), Giron e Bergamaschi (2005), Giron (1977), Machado (2001), Costa (1976), Iotti (2001), Maestri (2005), Zanini (2006), Tedesco (2004), Frosi e Mioranza (2009) dentre tantos outros. Nesta mesma verve salientam-se os trabalhos de pesquisas desenvolvidos pelo Projeto Ecirs onde podemos destacar, entre outros, Ribeiro e Pozenato (2001, 2002, 2004, 2005), Pozenato (2003) e Ribeiro (2005). Além desta produção, esta temática vem sendo abrangida também por estudos gerais onde, dentre eles, podemos apontar os de Franzina (2006), Petroni (1982), Machado (1999) e Seyferth (1990).

Não só da História, mas também da Literatura a imigração italiana recebe importante destaque com a obra literária de Pozenato (2006, 2000, 1997) e de Battistel (1998).

A partir destas constatações podemos afirmar que a pesquisa arqueológica que fazemos fomentará um campo inédito e pioneiro no âmbito desta temática. A Arqueologia como disciplina autônoma com suas teorias e metodologias, virá contribuir e ampliar o já pesquisado e narrado.

Seguindo as premissas acima apresentadas acerca da cultura material e das possibilidades interpretativas que a Arqueologia apresenta a partir desta, buscamos uma prática que contemple os aspectos históricos, culturais, patrimoniais e identitários relacionados com a imigração italiana na área do município de Caxias do Sul. Trabalharemos como eixo temático inicial, mas não único, as unidades domésticas. No entanto, sublinhamos que a Arqueologia aqui pensada é aquela que considera as questões identitárias como ponto de partida para pensar os aspectos de constituições patrimoniais e suas vinculações com a cultura e a história.

Assim, buscar-se-á em futuras ações, as vinculações entre a cultura material identificada pelas pesquisas arqueológicas e os grupos sociais em presença, seus elementos identitários e suas concepções acerca do patrimônio que emerge das relações entre a cultura material e identidades. Por um lado estará a matriz documental, aquela presente na ampla produção bibliográfica existente sobre a imigração italiana na área em questão. Também estarão os fundos documentais existentes nos arquivos locais, regionais e estaduais, na forma de escritos, iconografias, fotografias, plantas, croquis e mapas. Por outro lado estarão as narrativas, oralidades, atribuições de significados que constituem o repertório local de elementos do passado potencialmente presentes na atualidade. Contrastar as concepções estabelecidas pela historiografia, as informações documentais e imagéticas com as concepções locais será, portanto, uma forma de dar início a uma discussão/reflexão com as comunidades presentes acerca da Arqueologia, seus saberes e fazeres, indicando os caminhos para as futuras intervenções de campo.

Considerando que, até o presente momento, a intervenção da Arqueologia foi incipiente ou nula no tocante as questões relacionadas a esta ocupação específica, vislumbra-se um campo relativamente novo de pesquisas. Orientada pela aplicação da Arqueologia Pública, deverá estimular o envolvimento da sociedade na reflexão sobre as concepções de identidade, de sua construção histórico-cultural, processo este que se dará pela inclusão e participação ativa da sociedade na elaboração do conhecimento arqueológico.

TEORIAS — CONSIDERAÇÕES

Que Arqueologia pensamos? Que Arqueologia queremos? Aqui vamos apresentar alguns dos referências teóricos que sustentam nossa problemática e metodologia. Conceitos tais como hibridismo (Kalra et al 2005, Young 2005, Bhabha 2005, Burke 2003), habitus (Wacquant 2004, Bourdieu 1998), unidades domésticas, práticas cotidianas, diáspora (Kalra et al 2005, Gilroy 2008, Hall 2003), cultura material, identidade, signo (Santaella 1983) entre outros, compõem a nossa teia teórica.

Quais parâmetros devemos clarear e estabelecer visando firmar compromisso social da Arqueologia⁷ com as pessoas que desejam saber sobre os passados? (Bezerra de Almeida 2003a). Ao responder afirmamos que somos, enquanto arqueólogos, aqueles que fazem, organizam, constroem e até inventam os passados. São construídos e se presentificam nos textos que produzimos. Estão entranhados com sentidos de interpretação (Orlandi 2000) e inseridos em influências socio-culturais, históricas e ideológicas. Além disso, propomos fazer uma Arqueologia aberta e suscetível a multivocalidade (Gnecco 2001; 2009) advinda de pessoas simples, sem a posse do conhecimento acadêmico, do povo e que também querem falar e ser ouvidas em relação ao que a voz ciência da Arqueologia institui como pesquisa e registra como sítios arqueológicos.

Quem somos nós enquanto pesquisadores e pesquisadoras? Por que e para quem construímos passados? Estas questões apontam para os tipos de Arqueologia que praticamos, os lugares de nossos engajamentos sociais e políticos, nossos afetos e nossas narrativas (Gilchrist 2005) em relação às diversas conexões das práticas arqueológicas. Estas atuam na elucidação e interpretação sobre etnicidades e identidades; narrativas arqueológicas a serviço do Estado; patrimônio e nacionalismo (López Aguilar 2002); colonialismo e pós-colonialismo (Liebmann Rizvi, 2008); arqueologia do capitalismo (Andrade Lima 2002). É uma práxis arqueológica que instiga experiências de identidade cultural e de engajamento político. “Vincula fluxos de poder e de diferença, seja isto nacional, racial, étnico, religioso, sexual, de gênero, de classe ou do que mais for” (Meskell 2002:293).

“Ser um arqueólogo é, em outras palavras, um ato social” (Matthews 2004:1). Provoca um jogo onde se infiltra parceria ou rivalidade (Najjar 2002). Neste sentido é o que Hodder (2003:62) denomina de instigar a Arqueologia num caminho de reflexividade. Isto significa que “a Arqueologia deve agora ser definida não como o estudo dos vestígios materiais do passado, mas como um particular modo de indagar sobre a relação entre as pessoas e seus passados”.

Aqui uma pequena parada.

Explicitemos o nosso entendimento sobre os dois conceitos: diáspora e hibridismo. Para começo, podemos dizer que teoricamente diáspora e hibridismo são conceitos muito próximos e imbricados. Ambos estão intimamente relacionados com os estudos sobre a temática da identidade e da etnicidade de grupos humanos.

7 Em setembro de 2009 aconteceu, na cidade de Belém/PA, o XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira cujo tema foi “Arqueologia e Compromisso Social – construindo Arqueologias Multiculturais e Multivocais”. Teve como principal proposta discutir o compromisso social do arqueólogo e a socialização da produção do conhecimento arqueológico, no sentido de que a profissão seja exercida com o respeito devido à diversidade cultural e à pluralidade de vozes que devem estar presentes para a reconstrução do passado. Esse eixo temático implica em discutir também o acesso aos bens arqueológicos e ao conhecimento produzido sobre eles, bem como as estratégias de proteção e preservação, ampliando-se o debate sobre o quê, por que e como preservar.

Podemos empregar o conceito de diáspora de duas maneiras: dentro de uma heurística descritiva ou considera-lo no âmbito de processos. A primeira, interessa-se por categorizações e suas devidas implicações. A segunda, propõe criticar categorizações e os essencialismos nelas incluídos. Vamos pela segunda. Esta perspectiva também questiona a idéia e a imposição de pertencimento a um estado-nação. Contrapondo esta circunstância delineia conceituações de ‘consciência diaspórica’, ‘multivocalidade’, ‘desterritorialização’, dentre outras (Kalra et al. 2005). Enfrenta a rigidez epistêmica encontrada nas conceituações que ligam imigração/imigrantes com nação/nacionalismo. Seguimos o que diz Hall (2003:16) sobre diáspora: “(...) enfoca sempre o jogo da diferença, a difference, a natureza intrínsecamente hibridizada de toda a identidade e das identidades diaspóricas em especial”.

‘Diáspora’ enfrenta o simples essencialismo da modernidade que enfatiza filiação e pertencimento a um único Estado-nação. Pensar sobre formações populacionais diaspóricas é destacar um movimento transnacional que envolve as mais variadas formas de comunicação, investimentos de capitais e deslocamentos de diferentes grupos humanos. Torna o patriotismo - outro essencialismo – redundante ao enfatizar sobre vínculos transnacionais e sobre diversas ligações étnicas e culturais entre grupos humanos que, ao se combinarem, criam novas formações sociais.

Assim posto, passemos ao outro conceito.

É instigante o terreno movediço do hibridismo pelos campos do conhecimento das humanidades. Marca, ao mesmo tempo, aquilo que é o mesmo, lá das origens, e aquilo que é o novo, no encontro de fronteiras em relação a grupos humanos em diáspora. Dá atenção aos intrincados processos culturais de contatos, de fusões, de diferenças, de intrusões e de disjunções. Pelo século XIX, híbrido referia-se a fenômenos fisiológicos. No agora, em termos pós-coloniais, faz referência a fenômenos culturais de amalgamação. Neste sentido pode atuar simultaneamente de duas maneiras: de um lado, criando novos espaços de hegemonia, novas estruturas e cenas sociais. De outro, inserido num processo diaspórico intervém – a partir de quem chega e através de quem ali já está – com formas de subversão, de tradução e de transformação. “Na sua formação mais simples, o hibridismo implica contudo, um despedaçamento e uma reunião forçada de coisas vivas dessemelhantes, qualquer que sejam elas (...). O hibridismo pode, igualmente, consistir em forçar uma entidade una a dividir-se em uma ou mais partes, em cortar um objeto em dois, convertendo-se a igualdade em diferença (...). O hibridismo transforma, assim, a diferença em igualdade e a igualdade em diferença mas, de forma tal que a igualdade não seja mais o mesmo e o diferente não mais simplesmente o diferente” (Young 2005: 32).

Voltemos aonde paramos!

Dado os amplos campos em que vêm crescendo na produção acadêmica a denominada teoria pós-colonial (Moore-Gilbert 2000) e pensando em termos de arqueologias atuando e indagando sobre passados no espaço das Américas, uma simples e importante distinção se coloca. De um lado, a Arqueologia Pré-Colonial como a pesquisa em sociedades humanas desde o passado remoto da hominização até os tempos dos contatos com o europeu. De outro, a Arqueologia Pós-Colonial como sendo uma articulação entre os estudos pós-coloniais e a pesquisa arqueológica sob três principais aspectos: “1) interpretativamente ao investigar episódios do passado da colonização e do colonialismo através do registro arqueológico; 2) historicamente ao destacar o papel da Arqueologia na construção e na desconstrução dos discursos coloniais; 3) metodologicamente ao propiciar a descolonização da disciplina e orientar por uma prática ética da Arqueologia contemporânea.” (Liebmann and Rizvi, 2008:4). Estes três aspectos acentuam alguns dos marcos teóricos fundamentais que já fazem parte da pesquisa arqueológica nas Américas: a) investigações sobre hibridismo e diáspora nas formações culturais e sociais pós-coloniais; b) o desmonte de essencialismos construídos nos discursos coloniais; c) abrindo caminho para multivocalidade das vozes silenciadas nestes mesmos discursos.

Acentuar por um sentido discursivo pós-colonial é marcar outros lugares de enunciação do confrontar o confronto. Neste sentido acentua Toro (1997):

A pós-colonialidade não é excludente, senão que inclui a diversidade e a diferença, isto é, a interação de diversas séries codificadas do conhecimento com a finalidade de desmascarar aquilo que no colonialismo e no neocolonialismo havia sido instaurado como a história, como a verdade irrefutável, como o contraditório, como o irregular⁸(Toro 1997:29).

Em suma, os dois campos e suas respectivas distinções e conceituações recorrem eventos e acontecimentos muito diferenciados, o que torna mais pertinente, em termos teóricos e políticos, o uso das categorias distintivas que aqui propomos.

Neste sentido o conceito de identidade requer explicitação. Não somente por sua polissemia⁹ mas, também, por estar imbricado nos efeitos de sentido¹⁰ discursivos da diferença que encaramos no desafio de trabalhar com ‘identidades’ (Meneses 1987, Arendt e Pavani 2006, Santos 2005, Coelho 2002, Kretzmann 2007, Oliveira 2006, Hall 2000, Woodward 1997). Para tal, concordamos com Larrain (2003) quando diz que:

8 Itálicos no original.

9 “Deslocamento, ruptura, emergência do diferente e da multiplicidade de sentidos no discurso” (Ferreira 2001: 21).

10 “Diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a formação discursiva na qual é (re)produzido” (Ferreira 2001: 14).

A identidade, portanto, é a capacidade de considerar-se a si mesmo como objeto e, nesse processo, ir construindo uma narrativa sobre si mesmo. Porém, esta capacidade só é adquirida em um processo de relações sociais mediadas por símbolos. Os materiais simbólicos com os quais se constrói esse projeto são adquiridos na interação com os outros (Larrain 2003:32).

Parafraseando Silva (2000:97) podemos dizer que identidade ‘não é’ essência, dado natural, fixa, estável, coerente, unificada, permanente, homogênea, definitiva; identidade ‘é’ construção, efeito, processo, relação, instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Está ligada a estruturas discursivas e narrativas, a sistemas de representação e a estreitas conexões com relações de poder.

No prosseguir, teceremos reflexões sobre alguns temas da imigração italiana que estão diretamente imbricados na temática das ‘identidades’ e na materialidade dos futuros sítios arqueológicos a serem investigados. Tais são: identidade étnica, isolamento geográfico, religião católica. Estarão, portanto, em termos de pesquisas arqueológicas em unidades domésticas compondo os contextos que evidenciaremos nos futuros trabalhos.

Grosselli (1987) salienta que os imigrantes do norte – Vênetos e Lombardos – resistiram ao movimento político de unificação que redundou no novo país europeu, o Reino da Itália. Tais grupos humanos consideravam-se, segundo o autor, muito mais súditos do Papa do que de outra autoridade laica. Sobre esta circunstância, diz Grosselli (1987):

A vida política trentina durante todo o curso do século XIX girou inteiramente em torno do problema da identidade nacional dos trentinos e tal problema prolongou-se até 1918, data em que a região entrou a fazer parte do Reino da Itália (Grosselli 1987:26).

Pesquisar sobre identidades é um grande e instigante problema. Em relação à imigração italiana, identidade já vem sendo uma categoria amplamente pesquisada e debatida. Destacamos, dentre outros, alguns dos nomes que acompanharam nossos estudos: Zanini (2007); Ramos (2007); Pozenato e Giron (2007); Herédia (2004); Giron (2004,2007); Bergamaschi (2007); Santos (2005); Ribeiro e Pozenato (orgs.) (2004); Vanini (2008); Matté (2008); Possamai (2004), Frosi e Mioranza (2009). Inserido neste amplo leque de estudos, dois conceitos apontam para diferentes direções ao se pensar identidades: o de italianidade (Mocellin 2008) e o de italicidade (Bechelloni 2006). Tais direções, de acordo com o lugar dos autores que com elas pensam e produzem, podem reforçar ou questionar particularismos e regionalismos identitários vinculados as origens dos imigrantes italianos: são Vênetos, são Lombardos, são Friulanos, etc. O que são e para quem são estas marcas identitárias? Não é nosso escopo, neste momento, nos aprofundarmos sobre tais diferenças. São aqui apenas citadas. Contudo, salienta-

mos que, todos estes autores trouxeram importantes aportes para pensarmos os problemas que serão evidenciados em termos de cultura material, como acima explanado, em relação aos temas da imigração italiana.

Aqui entendemos ser cabível a apresentação de um adequado conceito de Arqueologia das Identidades, no plural para nós. Para Hernando (2002), no entanto, vai mesmo no singular:

(...) o que tenho chamado de Arqueologia da Identidade, não pode ser a cultura material, nem os aspectos concretos e visíveis das culturas do passado. Pelo contrário, o ponto de partida deve ser uma reflexão geral sobre o modo pelo qual os seres humanos adquirem uma imagem do mundo, a qual os permita a sobrevivência operacional nele, sejam eles caçadores-coletores, camponeses ou pós-industriais. Passa-se, após, a analisar-se as diferenças que possa haver entre essas imagens, dependendo das estratégias de sobrevivência concretas que tenham desenvolvido (Hernando 2002:17).

Das identidades sigamos, no agora, para outras ponderações sobre temas da imigração.

Azevedo (1982), em importante e pioneira obra, deu relevância ao tema do isolamento geográfico que submetia os imigrantes nas primeiras décadas de ocupação das terras no sul do Brasil. Apontando para outras possibilidades de interpretações salientam Frosi e Mioranza (2009:80) que:

É necessário sublinhar que as pequenas comunidades não viviam isoladas umas das outras. É certo que laços étnico-sócio-religiosos possibilitavam encontros frequentes (...). Outros contatos eram feitos por objetivos que pudessem interessar, de igual forma, as pequenas comunidades. Não obstante fatores diversos, a comunicação entre habitantes de lugarejos circunvizinhos foi sempre fato presente na região (Frosi e Mioranza 2009: 80).

Diante deste contraponto discursivo perguntamos: famílias “isoladas”, como produzirão e o que produzirão e consumirão em relação a suas tralhas domésticas cotidianas? Nos baús que acompanharam a longa viagem da Europa ao País da Cucagna, seu conteúdo material teria sobrevivido e sustentado a vida cotidiana neste tal período de isolamento? São respostas que uma futura Arqueologia das Unidades Domésticas poderá responder. Autores locais já apontam pistas (Herédia 1997, 2003, Giron 2001, Nascimento 2009). Podemos entender, para além de isolamento, que estamos diante de grupos humanos em fronteiras de hibridismos (Paz et al. 2006). “Foi com a Colônia Caí que os primeiros colonos italianos e tirolezes iniciaram a vida comercial e industrial” (Herédia 1997: 39).

O tema da religião católica, inserido na mitologia da imigração, também nos dá pistas. Diz Barbosa (1980).

Os imigrantes italianos da Segunda Léguas, nesse tempo [década de 1880], recebiam assistência espiritual dos missionários jesuítas alemães, com sede em São José do Hortêncio e Bom Princípio. Um desses sacerdotes foi o Pe. Fintano Baerlocher S.J. (...). Este missionário, que falava fluentemente o dialeto vêneto, costumava visitar as famílias dos imigrantes italianos, permanecendo até oito dias hospedado na mesma casa. (...) Visto como naquele tempo o trabalho pastoral era reduzido, o missionário ocupava-se em serviços agrícolas, ajudando os colonos. (Barbosa 1980:18).

Que tal! Um missionário jesuíta alemão, oriundo da colonização alemã vizinha, falante do dialeto vêneto, se hospeda – na intimidade de unidades domésticas – e trabalha com imigrantes italian@s. Qual isolamento? São fronteiras em diluição de possíveis identidades, construções híbridas em diáspora, o que esta pista aponta. Com qual cultura material iremos nos deparar, em Forqueta hoje, nos antigos espaços vividos e construídos de fronteiras em movimento? Salientamos que, tal materialidade não está somente restringida ao que será evidenciado nos pósteros trabalhos de intervenções arqueológicas no solo. O que está enterrado. No interior das atuais unidades domésticas, em seus sótãos, em seus porões, nas velhas edificações em testemunho de passados, vivem memórias presentificadas nos mais variados objetos que também consideramos como cultura material em contextos.

Os bens, as coisas e os objetos considerados como cultura material constituem um sistema de informação. Não são meras mensagens. Se fossem retirados da interação humana, tudo se desmantelaria. O ser humano não poder prescindir de bens para estabelecer comunicação e entendimento consigo e com os outros. Objetos nos ajudam a entender o que se passa no cotidiano e a comunicação só pode ser construída em um sistema estruturado de significados. Neste sentido, destacamos o que Lillios (1999) chama de “objetos de memória”. Seriam aquelas peças que representariam para os grupos humanos, no interior das unidades domésticas e imbuídas nas suas práticas culturais, as marcas de historicidade e de ancestralidade afetiva e de tradicional autoridade, atavicamente passadas por entre as gerações. Battistel (1998) narra várias situações cotidianas, ainda em contextos no norte da Itália, antes da imigração, aonde tais objetos são marcados e referidos.

Por fim, salientamos nosso entendimento em relação à ampla esfera de ação do que vem sendo denominado de Arqueologia Pública (Funari 2004, McManamon 2000) e de Educação Patrimonial (Silveira e Bezerra 2007, Horta 2000, Bezerra de Almeida 2002).

A Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público. É inerente ao exercício da profissão (Pyburn e Bezerra 2006).

Arqueologia tem a ver com Educação? Tem tudo a ver, como apontam Najjar e Najjar (2006:174): “podemos destacar o fato que os arqueólogos educam. Educam porque, com seu trabalho, interferem no mundo e, a partir desta interferência, tecem relações com outros homens”. Estas relações, permeadas pela educação, reforçam ou constroem laços de pertencimento das comunidades com seus diferentes passados (Nascimento 2007, Bruhns 2007, Cerqueira e Schwanz 2007, Viana et al. 2004, Bezerra de Almeida 2003b, Najjar 2003, Tocchetto e Reis 2000, Soares (org.) 2003). Como os nossos trabalhos, nossas ações e nossos objetivos vinculam-se diretamente a uma instituição de ensino e de pesquisa, através do Laboratório de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (LEPARQ-UCS), um trabalho de educação patrimonial na amplitude da Arqueologia Pública estende e instiga pertencimento para a comunidade àquilo que se obtém nos espaços de campo e de laboratório nos fazeres científicos da pesquisa arqueológica.

Das teorias e suas considerações passemos no prosseguir à temática da imigração.

IMIGRAÇÃO ITALIANA: BRASIL/RIO GRANDE DO SUL – SÉCULO XIX

No século XIX o mundo assistiu um processo inédito em proporções diáspóricas de pessoas e de coisas. Milhares de cidadãos trocando de pátria para possuírem seu pedaço de terra em um novo e pouco desbravado país. Assim podemos iniciar nossa digressão sobre a imigração italiana. Como em todos os fatos e processos históricos, precisamos levantar algumas questões e analisarmos essa movimentação humana que acontece no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, compreendemos o impacto na esfera política, econômica e cultural desse episódio até os dias atuais.

Existem diferentes explicações para o processo migratório. Tentaremos passar rapidamente pelos argumentos das principais explicações. Encontraremos as questões econômicas como fundamento básico de motivação para as pessoas imigrarem, direcionando assim para um ponto em comum entre os que realizaram esse processo, o pauperismo. Entretanto, outros fatores além da pobreza vão ser expostos como motivadores da imigração. Um deles é a falta de capacidade da classe dirigente do país em subsidiar trabalho para a sua população. Isso podendo atingir tanto pobres como abastados. Entre as divergências historiográficas aparece o crescimento demográfico da Itália como um dos responsáveis pela imigração de boa parte da população. Mais respaldadas são as opiniões que, juntamente com a questão da terra, do aumento da população e da miséria, ainda apontam para interesses ideológicos e conveniências para as nações envolvidas. A imigração como um resultado da expansão do capitalismo oitocentista. Neste sentido aponta Iotti (2001):

(...)que o movimento migratório tem suas raízes fundadas no processo de implantação do capitalismo na Europa. Sob esta ótica, superpopulação, pauperismo, desemprego, baixos salários e miséria passam a ser encarados como parte do fenômeno, cuja essência encontra-se na análise da expansão mundial das relações capitalistas de produção (Iotti 2001:206).

A imigração italiana não foi o único tipo de imigração que ocorreu nos meados do século XIX e XX, porém ela teve algumas particularidades. Foi em questão temporal a mais extensa. Uma das que mais arrecadou valores para os governos. Contribuiu para o fortalecimento do sistema capitalista italiano. Devemos pensar numa Itália recém unificada, agregando diversas regiões com características culturais e identitárias muito distintas umas das outras. Não por acaso encontramos registros dos imigrantes italianos no Brasil, os quais não se identificam dessa maneira como referência a tal nacionalidade, mas se denominam de acordo com sua região – paese – demonstrando a inexistência do sentimento de pertença para com uma Pátria recentemente criada.

O governo italiano acordou a política imigratória com diversos países, entre eles os Estados Unidos da América, a Argentina e o Brasil. Vamos nos deter a analisar esse processo no Brasil tentando compreender as motivações que fizeram com que o Brasil aceitasse a política imigratória. Para isso faz-se necessário contextualizar um pouco o período. O Brasil ainda vivia no período do Império. Tinha a frente Dom Pedro II, o qual era firme em sua visão da necessidade de se aumentar a produção agrícola nacional com a importação de colonos livres europeus. Essa era a base da política econômica brasileira inspirada na divisão internacional do trabalho. Porém, o imperador tinha forte oposição dos senhores de terras os quais eram imensamente beneficiados com a falta de políticas para a distribuição destas no país. Antes de 1850 havia grande dificuldade de realizar um processo imigratório no país. As terras eram doadas pelo Império como forma de premiação e concessões de títulos de nobreza. Isso mudou em 18 de setembro de 1850 com a criação da Lei de Terras que determinava que, a partir de então, as terras só poderiam ser adquiridas através da compra.

Porém, para além de questões econômicas e da produtividade fundiária, a imigração no Brasil deve sempre ser imediatamente ligada com a questão da escravidão. Essa que era a base da mão-de-obra nacional. Algumas políticas de soluções para um processo de abolição advinham de leis como a Eusébio de Queirós, a dos Sexagenários e a do Ventre Livre. Sem escravos, a questão da mão-de-obra só podia se resolver por meio da imigração. A existência de fundos para a colonização incentivou fazendeiros e empresários que passaram a estimular a imigração. Mas, mais do que demonstrar o problema da mão-de-obra, a opção do governo brasileiro em preferir o trabalho livre europeu é o resultado de uma visão eurocentrista oriunda de séculos de dominação, onde a teoria de superioridade

racial – o branqueamento do Brasil por imigrantes europeus - era muito forte. O projeto de branquear a nação brasileira era um projeto político de agenciamentos desta ideologia nas políticas imigrantistas (Seyferth 2002).

A imigração italiana teve grande intensidade no Brasil. Seu período mais próspero foi entre 1880 a 1930. Os primeiros imigrantes começaram a chegar a partir da década de 1870 como resultado das mudanças econômicas e sociais vigentes da Itália, recém unificada em 1871. No sul do Brasil, os italianos chegaram em 1875 onde foram instalados através de políticas colonizadoras sob o controle do império. O motivo principal de o Sul – na chamada Região dos Campos de Cima da Serra - ser a primeira região a ser colonizada pela imigração italiana deve-se ao acesso fácil a terras que eram consideradas mais inférteis e devolutas. As melhores terras, naquele período, já se encontravam ocupadas, na maioria, por imigrantes alemães chegados a partir de 1824.

Na região da serra sulista os imigrantes se agruparam em colônias, na sua maioria, compostas apenas por italianos. Dessa forma a adaptação a um novo país ficava mais amena. As primeiras colônias criadas pelo governo foram na Serra Gaúcha, com os nomes de Conde d’Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira, onde atualmente se localizam as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, respectivamente. É importante ressaltar que o Império tinha controle total do processo migratório (Iotti 2001). Era ele que cuidava da legislação e da manutenção dessas leis, tendo funcionários trabalhando para que essa experiência desse certo. Sobre esta atuação do Império encontramos em Foucault (2008b) destaque em relação à criação e aplicação de políticas públicas que visavam administrar populações no sentido

(...) de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhe normas (quer se trate de alimentação, de habitat ou de urbanização das cidades) (...). (...) marco geral de uma ‘biopolítica’; esta tende a tratar a ‘população’ como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam características biológicas e patológicas específicas (Foucault 2008b:494).

Quando o imigrante chegava ao país era abrigado em barracões por certo tempo até que era encaminhado para seu lote, que poderia variar de preço conforme o tamanho e a qualidade a ele atribuída. A distribuição se dava através de léguas, travessões e linhas que formavam os lotes. As regras da colonização, ainda que oficiais, dependiam da vontade do diretor da colônia que era funcionário do Império. Porém todo auxílio recebido pelos imigrantes devia ser pago. Em poucos casos a dívida foi perdoada. Na maioria dos casos quando os imigrantes não conseguiam pagar suas pendências, perdiam tudo. A dívida dos imigrantes era formada pelo valor do lote, pelos auxílios alimentação recebidos, sementes e instrumentos agrícolas. O transporte da Itália até o Brasil, e dos portos até as colônias ficava por conta do governo imperial.

Em suma, a imigração italiana foi um processo de grande mobilização de pessoas, de interesses econômicos de vários países, de diferentes ideologias e de muitos sonhos e imaginações. Culturas, gostos e diferenças se encontraram, se imiscuíram e se hibridizaram no conjunto formado pelos imigrantes e por aqueles que aqui, no sul do Brasil, já viviam.

ONDE TRABALHAMOS E O QUE JÁ FIZEMOS

ÁREA PILOTO: FORQUETA-CAXIAS DO SUL-RS

A partir dos anos finais do século XIX, em torno de 1875, chegam os primeiros imigrantes italianos na colônia denominada “Fundos de Nova Palmira”. Esta, em 1877, passou a ser denominada de Colônia Caxias e sua abrangência territorial corresponde aos atuais municípios de Flores da Cunha, Farroupilha e Caxias do Sul (Nascimento 2009). Em relação a este último, ao se emancipar da condição de Colônia, em 1884, passou a ser denominado de Vila Santa Tereza. Em 1890 torna-se o município Caxias. Somente em 1944 adquire o nome oficial de Caxias do Sul. Neste é onde se localiza a Área Piloto de nossa pesquisa, oficialmente denominada de Região Administrativa Forqueta.

Em seus inícios, no século XIX, fazia parte de uma colônia particular - a Colônia Sertorina - nas terras pertencentes a Luiz Antonio Feijó. A partir de 1881 esta colônia particular é dividida em lotes. São vendidos para colonos que habitavam a vizinha Segunda Légua. Em 1883 já havia por volta de trinta famílias habitando a região. Sem nome até então, Forqueta era conhecida como Linha Feijó. Conta o povo que o nome surgiu devido à abertura de uma casa de comércio num entroncamento de estradas. Este tinha a forma de um garfo, uma “forchetta”, em dialeto, derivando daí o nome.

O desenvolvimento de Forqueta se deu com a chegada da estrada de ferro, inaugurada em 1910, com a agricultura em geral e com o cultivo de uvas em particular. Além das tradicionais práticas da agricultura e de pequenas criações de animais domésticos, na região, vai ficando marcante a presença dos proprietários de serrarias, dos artesões – ferreiros, marceneiros e moleiros, entre outros – das antigas casas de comércio e de moinhos.

Forqueta é uma Região Administrativa de Caxias do Sul, distando 15 km da sede administrativa municipal. Localiza-se a 800 metros de altitude. Agrupadas em torno de 15 ‘capelas’ vinculadas à Igreja Católica, as atuais comunidades ainda conservam traços característicos da imigração: as unidades domésticas com o casario antigo e seus demais componentes, as igrejas centenárias, a culinária e as tradicionais manifestações culturais.

O QUE JÁ FIZEMOS

No que diz respeito aos atuais fazeres – estudos, pesquisas e laborações de Arqueologia Pública, Comunitária e Educação Patrimonial - estamos concentrando nossa atuação em relação ao segundo objetivo antes apresentado: propiciar construções de sentimentos e ações de pertença em relação aos testemunhos arqueológicos a serem evidenciados, estimulando sua resignificação e apropriação pelos grupos sociais envolvidos com a pesquisa. Está diretamente ligada ao que chamamos de Arqueologia Pública. Também vem sendo conhecida como Arqueologia Comunitária (Ferreira 2008). Significa o envolvimento das comunidades em presença nos processos de produção, na interpretação arqueológica e nas políticas de gestão do patrimônio cultural. Tem sido apresentada como uma nova teorização sobre as relações entre o passado e o presente, entre a pesquisa arqueológica e o público (Marshall 2002:211). Caminha por sendas críticas aos modelos normativos de cultura que dizem sobre o que é e o que não é patrimônio, memória e cultura. Assim, por outras ênfases, a Arqueologia Comunitária enfatiza o protagonismo das comunidades em presença no palco de atuação das pesquisas arqueológicas, estimulando decisões sobre o que exibir e o que apresentar enquanto patrimônio cultural. Provoca ações de experimentações e de discussões sobre especificidades históricas, sociológicas e antropológicas em relação as suas identidades e seus patrimônios culturais afins. Ferreira (2008:87) aponta a Arqueologia Comunitária “(...) oferece-nos metodologias propícias para reconsiderarmos o trabalho com o público (...)” Podemos destacar alguns pontos que abrangem tais metodologias: a comunidade em presença como ativa colaboradora e atuadora na pesquisa arqueológica; equipe de arqueólogos e a comunidade em presença atuando conjuntamente nas ações de campo e de laboratório precípuas da Arqueologia, bem como, nas ações de gestão do patrimônio cultural que os envolve; constates pesquisas de História Oral; construção de um arquivo visual que englobe filmes, fotográficas, artes visuais, material cartográfico, etc.

Arqueologia Pública, Arqueologia Comunitária e Educação Patrimonial são estímulos para a construção de confiança nas propostas da pesquisa arqueológica. Um dos pontos principais de atuação destas abordagens é desfazer a oposição existente entre o conhecimento científico da Arqueologia e o conhecimento popular das comunidades em presença em relação ao seu passado. É a tentativa de desfazer a barreira epistemológica entre a academia e o público dito leigo. Atua no estímulo da cidadania popular visando compromissos que rompam lugares de poder acadêmicos, no interior das universidades. Visa alcançar, o mais plenamente possível, o público que a pesquisa envolve.

Atuaremos numa Arqueologia sem escavações na terra, sem brilhos midiáticos e exóticos. Não estamos interessados em empreender pela verve que Bate

(1998:10) chamou de “taylorismo acadêmico individualista”. Vamos trabalhar num silêncio da simplicidade e da construção política e popular do conhecimento dos passados que agreguem e partilhem os diferentes discursos da pesquisa acadêmica e os dos saberes coletivos do público.

Isso posto, segue o relato do já feito.

O início desta pesquisa adveio de uma demanda institucional, no ano de 2007. Partiu da Reitoria da Universidade de Caxias do Sul que solicitou um trabalho no âmbito da Arqueologia Histórica e que contemplasse a imigração italiana. Em agosto do mesmo ano foi inaugurado o Laboratório de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (Leparq). Na ocasião, a equipe era formada por dois professores: José Alberione dos Reis e Artur Barcelos. Casa arrumada e instalada trabalhamos na elaboração do projeto.

Com a equipe composta pelos professores e ampliada com alun@s do Curso de História iniciamos as atividades. Era o ano de 2008. Focamos os trabalhos na abrangência do objetivo relacionado com as ações de Arqueologia Pública. Mantivemos reuniões e encontros com pessoas representativas de Forqueta, com colegas da academia e com profissionais de diversas instituições. Todas essas pessoas apontavam algum vínculo relacionado com a temática e com os objetivos do projeto. Visavam divulgar e tornar conhecida a proposta de pesquisa arqueológica em andamento na universidade, bem como obter subsídios, informações e dados que contribuíssem com as atividades a serem realizadas. Em todas as reuniões, além das pessoas indicadas, esteve presente a equipe do Leparq.

Como resultado destas atividades escolhemos a Área Piloto de implantação da pesquisa: a Região Administrativa Forqueta. Tal escolha teve como base as informações, os dados e as sugestões oriundas dos encontros e das reuniões acima apresentadas. Também levamos em consideração alguns critérios de significância comumente empregados nas pesquisas arqueológicas. Tais critérios abrangem as seguintes categorias: histórica, científica, explícita, antropológica, teórica, metodológica, técnica, identitária e pública. Os critérios de significância dão sustentação aos rumos das ações em termos das pesquisas arqueológicas precípuas, bem como das ações de Educação Patrimonial e as da Arqueologia Pública. Tal escolha também está sustentada pelas seguintes características: informações oriundas de documentação primária; condições inéditas para ações de Arqueologia Pública e de Educação Patrimonial; território de fronteira e de contato entre imigração alemã e italiana; ocupação espacial em dois momentos, em termos da posse das terras pelos imigrantes: na 2ª Léguas e na Linha Feijó; local onde teve início a experiência de cooperativa na produção viti-viniculora; apresenta áreas de unidades domésticas com ocupação intermitente do século XIX ao século XX.

Escolha feita. Tínhamos de entrar na área. Puxar algum fio da rede de relações e de novos encontros. Na Área Piloto existem duas escolas. Ambas atuam

no ensino fundamental e uma delas também no ensino médio. Escolhemos esta, a de maior abrangência, denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Generosi. Por que puxar o fio de encontros e de relações através da escola? Constatamos que, em Forqueta, a escola ainda representa e atua como um amplo local de discussões e de socialização das pessoas do bairro. É uma forte e importante referência social e cultural de tessituras de envolvimento e de relacionamentos. O primeiro empuxe do fio seria com os professores. Depois, com os alun@s para chegar nos pais, nos avós e nos demais membros da comunidade em presença.

Do assim pensado, partimos para fazê-lo. Elaboramos, planejamos e aplicamos um plano de ações educativas no âmbito da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública e Comunitária. Realizamos três tipos de práticas e em momentos diferentes: 1ª) de instrumentalização dos professores; 2ª) de mobilização e construção do conhecimento com os alun@s; 3ª) de mobilização e construção do conhecimento com a comunidade em presença.

A primeira, de instrumentalização dos professores, teve por objetivo o estudo da estrutura conceitual e metodológica proposta visando o planejamento e a aplicação de ações educativas e de investigação do Patrimônio Cultural de Forqueta em relação à pesquisa arqueológica. Foi dividida em três blocos: 1º) explicação detalhada do projeto (objetivos, metodologia e resultados esperados) e o papel dos professores e alun@s no mesmo; 2º) encontros que abordaram a estrutura conceitual do projeto possibilitando a elaboração e aplicação do planejamento com os alun@s. Trabalhamos com conceitos de cultura, memória, identidade, patrimônio, específicos da Arqueologia e com princípios da Educação Patrimonial. Estes encontros possibilitaram que os professores orientassem os alun@s para levantar hipóteses sobre o potencial arqueológico de Forqueta. É a fase da educação do olhar; 3º) organizado em dois encontros presenciais. No primeiro encontro levantamos os conceitos e habilidades que foram trabalhados com os alun@s nos diferentes componentes curriculares. No segundo, os professores apresentaram o planejamento estruturado para dar conta dos conceitos estudados em relação às propostas da pesquisa e sua aplicação nos diferentes componentes curriculares.

A equipe do Leparq saiu de cena. Houve um intervalo para os professores trabalharem. Tempo depois, voltamos para escola. Agora era com o alunado.

A segunda, de mobilização e construção do conhecimento com os alun@s, teve por finalidade propiciar discussões e estudos sobre a estrutura conceitual e metodológica proposta visando à instrumentalização para a realização de futuras ações educativas e de investigação do Patrimônio Cultural relacionadas com a pesquisa arqueológica. Esta prática envolveu a aplicação do planejamento elaborado pelos professores e o retorno desta aplicação através do que os alun@s produziram. Representou um espaço de tempo onde estes desenvolveram diferentes atividades de observação e investigação do Patrimônio Cultural da comunidade de Forqueta e trabalharam com os conceitos necessários para participar

da pesquisa arqueológica. Além disso, aconteceram as oficinas que a equipe do Leparq ministrou, incluindo a escavação de um sítio experimental. Estas oficinas visavam fundamentalmente instigar a participação e o interesse dos alun@s nas futuras laborações da pesquisa arqueológica e seu envolvimento nos compromissos de pertencimento em relação ao patrimônio cultural caracterizado na dinâmica social da comunidade de Forqueta.

Foram três as oficinas ministradas. Na primeira, a equipe e a proposta foi novamente apresentada e discutida com os alun@s. Estes, por sua vez, mediante pequenos grupos mostraram e comentaram o que foi produzido. Através de vídeos, os conteúdos e os conceitos foram trabalhados por meio de criativas entrevistas com antigos moradores da Forqueta. Na segunda, a equipe trabalhou com os alun@s técnicas de sensibilização de objetos. Estas instigaram a curiosidade, trabalharam os sentidos com a exploração sensorial de objetos visando educar o pensamento para as futuras investigações arqueológicas. Outros grupos também apresentaram seus vídeos. Na terceira, aconteceu a escavação simulada de um sítio experimental. Teve a duração de dois turnos, pela manhã e tarde. Participaram 18 alun@s, alguns professores e a equipe do Leparq. Constou de várias etapas: combinações gerais, caminhamentos e identificações na área do sítio, marcação de quadros e coleta superficial, discussões nas dependências do laboratório, a escavação propriamente dita, análises e interpretações sobre o material exumado e avaliações finais destas atividades.

Estas foram atividades com alun@s e professores. Destes fomos aos pais ou, como disse um componente de nossa equipe “agora temos que ganhar os velhos!”. Retornamos a Forqueta para encontro com os pais, avós, demais familiares e moradores que se envolveram com as ações acima apresentadas. Os alun@s produziram e apresentaram material audiovisual que sintetizou os seus trabalhos. Na mesma ocasião a equipe do Leparq se apresentou. Dizíamos a que vínhamos e o que propúnhamos. Foi um encontro muito proveitoso e de partilhas. As pessoas presentes – descendentes dos primeiros imigrantes e antigos moradores de Forqueta – se manifestaram com relação ao que a equipe propôs. Também se posicionaram de maneiras diversas e contundentes em relação ao passado da imigração: qual passado? precisamos recordar? Não estamos interessados em estudos sobre passados da imigração! Foram questões e afirmações que acompanharam os debates deste encontro. No total, fechamos o evento com copos de vinho crioulo e guloseimas deliciosas da culinária serrana. Achamos que ganhamos os velhos, as velhas, os pais. Um início de parcerias entre a comunidade em presença e a Arqueologia está sendo firmado.

Prosseguimos, em frente, sobre considerações que imbriquem Arqueologia com memória, pertencimento, identidades, educação.

SOBRE IDENTIDADES, MEMÓRIA, TEMPORALIDADES E PERTENCIMENTO — LIGANDO COM A ARQUEOLOGIA QUE FAZEMOS.

O âmbito onde desenvolvemos as presentes reflexões consiste fundamentalmente em um diálogo interdisciplinar. De fato, a arqueologia é um campo do conhecimento em que está implicado uma série de disciplinas. Podemos afirmar que abordamos, sobretudo, a cultura das sociedades humanas a partir de sua materialidade. Em termos epistemológicos, situamo-nos na linha de estudos denominada Arqueologia Pós-Processual, delineada como aquela voltada mais à interpretação do que propriamente à explicação. Entre os primeiros questionamentos levantados está o de como alçar o rumo da interpretação de identidades e sistemas simbólicos, visões de mundo, valores e identidades dos grupos humanos através da cultura material – nesse caso, vestígios arqueológicos em unidades domésticas que ainda iremos explorar. É certo que tais questões estão, no fundo, atreladas aos dilemas que concernem às relações entre as dimensões materiais e imateriais das culturas.

O conceito de cultura mais aceito atualmente diz respeito aos códigos, formas de pensar, entender o mundo, atribuir sentido às coisas que nos circundam, e, assim, agir. Compartilhamos códigos, representações coletivas, símbolos. A Cultura, aquilo que faz o homem único, é compreendida como um sistema de símbolos que orientam nossas vidas. Permitem a vida em sociedade (Geertz 1989). Para Laraia (2003), é a cultura que nos possibilita a construção de sentidos. E nós nos familiarizamos a essas formas de vida social, as naturalizamos a tal ponto que acreditarmos que são “dadas”, “normais”, comuns. Não pensamos sobre elas, e, em muitos aspectos, elas se tornam inconscientes. Sendo assim, cabe a questão: o que a materialidade de nossas vidas sociais pode nos possibilitar em termos de conhecimento sobre as culturas e sociedades humanas?

É certo, como afirma Rahmeier (2008), que construtos culturais como casas – no caso de sua pesquisa, o estudo das sedes das estâncias de gado do noroeste do Rio Grande do Sul ao longo do séc. XIX – são materializações de visões de mundo e estilos de vida; mais do que isso, cristalizam relações de poder. Como historiadora e arqueóloga, a autora propõe uma síntese inusitada entre o levantamento de fontes documentais – o “porto seguro” dos historiadores – para um amplo mapeamento das relações sociais do período em questão, aliada a uma proposta metodológica que adere à fenomenologia da paisagem para construir análises interpretativas das vidas humanas em questão. Em suas palavras, “formas arquitetônicas que compunham as sedes das estâncias gaúchas do século 19 podem ser interpretadas como representações de convenções sociais que incentivavam a perpetuação de determinados padrões de comportamento presentes na sociedade de então” (Rahmeier 2008:1).

Retornando ao dilema entre materialidade imaterialidade das culturas exposto logo acima, na perspectiva interpretativista - modelo de produção de conhecimento certamente mais difundido na antropologia contemporânea e que tem Geertz (1989) como principal referência - resgata-se o conceito semiótico de cultura proposto por Weber. Para este, os conjuntos de sistemas simbólicos, claramente expressos na metáfora da teia de significados, são a um só passo o que construímos e sobre a qual vivemos suspensos. Nesse sentido atribuído aos conceitos, acaba-se por privilegiar os aspectos simbólicos e intangíveis de nossas formas culturais em detrimento das feições materiais dos grupos sociais que estudamos. Quanto a isso, a abordagem de Rahmeier (2007) é instigante. Ela propõe que os objetos – as coisas – e os sentidos constituem-se mutuamente, em uma via de mão dupla. Assim como, partindo para uma tensão mais complexa, o homem e o espaço; e, do mesmo modo, a sempre presente polaridade entre natureza e cultura. A autora, ao aderir epistemologicamente a uma perspectiva fenomenológica, consegue solucionar dualismos que por vezes nos parecem irreduzíveis: o homem não existe sem um espaço constituído de lugares significativos; a vida não se desenrola sem objetos, utensílios, ferramentas, abrigos. E a cultura não existe sem os homens em sua corporeidade. Rahmeier (2007) nos instiga a abrir os olhos para a materialidade dos grupos sociais que estudamos – dimensão, que a maioria dos estudos costuma menosprezar. Como coisas, parecem estar dadas.

No caso da proposta de uma Arqueologia Comunitária, o núcleo fundamental do trabalho está no envolvimento das comunidades no processo de pesquisa sobre a vida no passado através das evidências materiais das unidades domésticas do séc. XIX. Em Forqueta, a proposta é tornar a comunidade uma verdadeira interlocutora, no sentido de compartilhar todos os elementos e etapas inseridos em um processo de pesquisa – desde as indagações iniciais que mobilizam as primeiras atividades, como o levantamento de fontes, a realização de entrevistas com os membros mais antigos das comunidades, passando pelo aprendizado técnico do trabalho de escavação, o levantamento de hipóteses, até o processo de análise e decisão sobre o manejo do material coletado. Nesse sentido, para a comunidade, o questionamento proposto pode ser mais auto-centrado: o que os resquícios materiais dos modos de vida dos nossos antepassados pode dizer sobre nós mesmos? Como desafio, a ruptura das barreiras epistemológicas entre pesquisadores e comunidade – a quebra dos muros da academia, da escola.

O fato é que um processo de Arqueologia Comunitária opera fundamentalmente com as identidades. Vivemos numa sociedade atravessada por diferenças culturais que se dão em muitos níveis - religião, classe social, ascendência étnica, região, etc. Se pensamos as identidades em termos do compartilhamento de representações sobre quem somos nós, verificamos a presença constante de processos de construção e consolidação de identidades. Há, em meio aos grupos aos quais

um indivíduo se filia, um fluxo de inúmeras camadas de identidades – superpostas, adjacentes, opositivas, que se unem em alguns aspectos e se separam em outros. Para termos isso claro, basta pensarmos nos símbolos da cultura brasileira. Nesse sentido, nos marcos de pertencimento a uma comunidade nacional que consolida identidades nacionais; em oposição àqueles da cultura gaúcha, mais especificamente, da Região de Colonização Italiana. Identidades que englobam em um nível, diferenciam-se quando nos aproximamos dos grupos e seus pertencimentos. Trata-se, de fato, de uma questão de escalas de análise.

Para Castells (1999), a nossa sociedade em transformação está marcada por algumas questões culturais fundamentais: o individualismo, drásticas mudanças na família, na sexualidade e na estrutura da personalidade. Segundo o autor, por paradoxal que possa parecer, em um mundo marcado por um fluxo ininterrupto de mensagens, imagens, sons, etc. as pessoas se reagrupam em identidades primárias - religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. Para ele a busca de identidade individual e coletiva é fonte de significado social em um mundo de grande circulação de imagens e mercadorias. Castells (1999) pensa as identidades como o que as pessoas acreditam que são e como são reconhecidas pelos outros.

Em inúmeros autores, a identidade é definida a partir de uma metáfora do jogo de espelhos: como os sujeitos pensam a si, que imagens e representações constroem de si no processo constante de opor-se aos outros? De fato, fica claro que ver-se e pensar-se implica na construção de reflexos invertidos do outro. E isso é fundamental em uma sociedade como a nossa, profundamente atravessada por diferenças culturais e estruturada a partir da produção incessante de identidades e pertencimentos de sujeitos a grupos. A esse respeito, vejamos o que nos evidencia a Declaração Universal sobre a diversidade cultural (UNESCO 2001). Em seu artigo 1 – A diversidade Cultural, patrimônio comum da humanidade, nos diz a declaração:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano, quanto a diversidade biológica o é para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO 2001: única).

Se a identidade pode ser pensada como jogo de espelhos, é importante marcar que a cultura sempre se constrói na diferença: a partir da constatação de que o outro não é como eu, necessariamente pensamos: Quem sou eu? Quem somos nós?

Sendo a identidade aquilo que acreditamos/representamos que somos, sempre no jogo com a forma através da qual somos vistos/representados pelos outros,

podemos encontrar nos nossos círculos sociais muitas identidades: nacionais, étnicas, religiosas, familiares, clubísticas. Essas imagens, quando atreladas a narrativas, tradições e práticas associadas a origens comuns, configuram-se como identidade étnica.

Afirma-nos Weber (1991) que por identidade étnica devemos ter em mente o compartilhamento de crenças sobre origens presumidamente comuns, que se transfiguram em ações coletivas e sentimentos de pertença, a partir dos quais os membros do grupo consolidam seus destinos compartilhados.

Assim, apesar de tangenciarmos vários níveis e camadas de identidades (familiares, religiosas, regionais ou nacionais), tratamos aqui, de fato, de identidades étnicas. A esse respeito seguimos as concepções de Barth (1988), para quem devemos reorientar nossos estudos, passando do enfoque nos grupos e seus conjuntos de caracteres distintivos às próprias construções de oposições e delimitações no jogo social entre grupos em sociedades poliétnicas. Em suas próprias palavras: “deslocamos o foco da investigação da história e da constituição interna dos grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras” (Barth 1988:189). Para Barth, a manutenção de traços culturais deve ser vista como resultado da implicação em processos, e não como característica primordial de um grupo étnico. Dessa forma, o grupo étnico é um suporte de cultura, e não o oposto, como se fosse definido a priori por uma cultura.

Nesse sentido, cabe abordar a presença fundamental da imigração na região em que nos situamos: talvez, em um contexto europeu anterior, as identidades estivessem fundadas em outros pertencimentos (ser vêneto, trentino, lombardo). Em outro contexto latino-americano social diferente, o estado nacional brasileiro, os contrastes com esses novos outros se tornassem muito mais nítidos, dissolvendo relativamente as anteriores fronteiras entre grupos. Após a chegada ao Brasil, nesse sentido, uma nova identidade étnica pode ter se fortalecido - a de descendentes de italian@s. O que fica claro na recorrente expressão “de origem”, comumente empregada nas classificações e pertencimentos sociais na região de imigração italiana.

É certo, como afirmamos há pouco, que o jogo das identidades vem se tornando uma das faces mais importantes da nossa realidade globalizada, expresso na tensão entre a tendência à homogeneização cultural, a partir da expansão dos valores ocidentais em nível mundial, e a busca de afirmação de identidades locais e específicas, inclusive partindo do resgate e reforço de tradições tidas como “em vias de extinção”. Friedman (2004) analisa essa tensão, nos mostrando a força da mobilização étnica em larga escala, expressa na busca por raízes e na presença da nostalgia quanto aos tempos antigos¹¹.

11 Para o autor, esses questionamentos emergem e se complexificam em nosso meio social contemporâneo, caracterizado em larga medida pela globalização de valores, idéias, imagens, formas

Em nossos diálogos com a comunidade em Forqueta, através do espaço de relações sociais que é a escola, o jogo das identidades emergiu em diversos momentos. Ao evocarmos o passado da imigração, ouvíamos comentários e depoimentos sobre as identidades familiares, as famílias tradicionais da comunidade, as mais antigas, bem como sobre alguns sujeitos que poderiam nos contar a “verdadeira” história dessa região, sua vida social e seus personagens.

Um dos debates mais complexos quanto à temática das culturas e identidades em nosso meio social complexo e multifacetado diz respeito à autenticidade: como delimitar unidades sociais e culturais? Como estabelecer quais são os autênticos traços culturais – na cultura material - que permitem definir os contornos de um grupo social? Ouvimos, a esse respeito, de uma professora que só os “antigos” é que tinham a receita do “verdadeiro agnolini” italiano – ressaltando a culinária como um dos marcadores de identidade entre descendentes de imigrantes italianos instalados no Brasil há gerações.

A partir do que foi exposto, deve-se deixar claro que, de forma alguma, nossas ações desenvolvidas estiveram ou estão pautadas por uma busca de afirmação e exaltação das identidades de imigração italiana. Ao contrário, a idéia é tomar a cultura material como ponto de partida para uma atitude reflexiva em relação a tais questões. Talvez muito do que hoje se acredita sobre a forma como se desenrolava a vida no passado possa ser refutado a partir das evidências materiais. É essa atitude crítica, questionadora, que busca desnaturalizar tais dimensões de nossas vidas, que tece o nosso pano de fundo epistemológico.

Resgatando a fundamental importância das origens para o estabelecimento de identidades étnicas, há que se discutir a noção de Memória: Que é memória? Mais do que simplesmente lembrança, recordação ou registro do passado em nossas mentes, nos afirma Bachelard (1988) que memória envolve, necessariamente o trabalharmos o tempo. E este processo que estamos iniciando trabalha o tempo: como viviam os antigos, na época da chegada e instalação dos imigrantes? Como se relacionavam com os demais grupos culturais com os quais interagem, coabitavam, comercializavam? A proposta de compreender a vida desses antigos em suas unidades domésticas a partir da cultura material. Mas também vamos buscar os relatos dos mais antigos moradores locais sobre como era a vida nos anos idos. E, assim, trabalhar a reconstrução das identidades a partir de uma atitude investigativa presente.

Não apenas investigamos identidades. Também operamos com elas no processo de envolvimento de pessoas da Área Piloto, enquanto parceiras, a partir da ênfase em uma Arqueologia Comunitária. Propor um trabalho nesses termos

narrativas, meios de transporte e comunicação, transformações decorrentes certamente de uma imensa expansão da economia de mercado capitalista, que passa a cobrir quase todos os cantos de nosso planeta - atravessando a diversidade cultural que acreditamos caracterizar a espécie humana.

significa remexer nas representações sobre o passado e a vida dos ancestrais – e, portanto, nas identidades dos sujeitos e grupos envolvidos. Refletindo, mobilizando, manipulando com os resquícios das vidas dos antepassados, os membros da comunidade necessariamente operam com suas próprias representações sobre quem são, de onde vieram, o que farão no sentido do trabalho do tempo: conservar objetos, documentos, memórias, ou esquecê-las em busca de novos núcleos articuladores de sentidos. Pois a memória, como propõe Benjamin (1994), consiste em uma luta contra o esquecimento.

Propusemos, como estratégia de “entrada em campo”, acionar as redes de moradores de Forqueta a partir de um espaço específico, como uma população específica: a escola e os adolescentes. A idéia, desde o princípio, foi a de puxar fios da rede de relações de vizinhança, compadrio e parentesco que se estendem sobre tal localidade. As atividades desenvolvidas pelos jovens a partir de nossa provocação inicial – visitar museus, esses importantes espaços de pertencimento e identidade, bem como ouvir, registrar e produzir material audiovisual a partir de histórias contadas pelos mais antigos moradores da comunidade, no papel de netos que escutam seus avôs – já é evidência que o processo de reflexão sobre o passado, para, a partir dele, enquadrar o presente, se iniciou.

Para Halbwachs (1990), memória significa reconstituição, e nela quadros sociais são pontos de referência. A memória individual, para o autor, está enraizada nesses quadros. Há, para ele, uma diferença fundamental entre a memória histórica e a memória coletiva: enquanto a primeira recompõe reinventando o passado no presente, a outra recompõe magicamente o passado. Certamente operamos primordialmente com o primeiro termo. Entretanto, o envolvimento da comunidade permite que nos movamos em direção a esse trabalho de memória coletiva. Como afirma Monteiro (2001:27), “história e memória são formas específicas de tomar consciência do tempo e explicar o passado, onde se mesclam invenção, estranhamento e identidade”.

Não pretendemos aqui compor um saber universalizante e cientificista, que reforça as barreiras entre academia e o exterior, mas, ao contrário, construir uma relação em que, de fato, a comunidade possa operar com sua memória coletiva. E, nesse sentido, retornando a Halbwachs (1990:101), a possibilidade de projeção do passado para o futuro vai depender de seu dinamismo. Diz o autor que “há certo número de futuros preparados no presente, e uma pluralidade de temporalidades: desde o tempo universal e unilinear, que serve de quadro para situarmos os elementos em uma sequência cronológica, e outras durações que servem de quadro de referência para as vidas dos grupos sociais: há tempos agitados, tempos vazios, o tempo da rua, o tempo da casa, etc”. A possibilidade de tempos antigos subsistirem junto a novos tempos implica em entender que os processos passados podem ser fundamentais quadros de referência na consolidação de identidades.

Os objetos, aliás, como quadro material de referência, podem nos abrir portas para esses passados, pois, ainda de acordo com Halbwachs (1990:159) “o grupo molda o espaço à sua imagem”. De fato, os objetos e o espaço como quadro temporal podem ser perfeitamente acionados quando o assunto centra-se na Arqueologia Histórica, e os fenômenos sociais que buscamos investigar distam cerca de 130 anos do presente, o intervalo de algumas gerações. A perspectiva de investigar como a memória coletiva do grupo irá operar com a materialidade evidenciada através da pesquisa arqueológica é, certamente, fascinante.

Como afirma Leroi-Gourhan (1965), a principal faculdade humana é a simbolização. Para o autor, o símbolo comanda o objeto, pois “uma coisa só existe quando nomeada”, e a posse do símbolo do objeto permite agir sobre ele. Leroi-Gourhan (1965:142) prossegue: “só se podem dominar os fenômenos na medida em que o pensamento puder, através das palavras, agir sobre eles construindo uma imagem simbólica de posterior realização material”. Continua o autor dizendo que: “O comportamento figurativo é indissociável da linguagem, derivando da mesma aptidão do homem para refletir a realidade sob a forma de signos verbais, gestuais ou materializados em fugiras” (1965:177). A pista de que há uma linguagem nas formas, passível de ser lida, parece amplificar-se quando propomos que esta leitura seja feita em diálogo com uma comunidade, em uma perspectiva simétrica, que busca romper com os cânones da legitimação do conhecimento científico por meio de uma desvalorização do conhecimento “comum”, geralmente julgado como ilusório, ideológico (Latour 1994).

De fato, um dos principais problemas teórico-metodológicos que enfrentamos, e sobre o qual tratamos antes, é o de como ascender da materialidade de uma sociedade do passado à sua cultura, como conjunto de sistemas simbólicos. O fato é que, com o envolvimento das comunidades, a Arqueologia Comunitária permite explorar essas interpretações através do diálogo com tais grupos. Como nos afirma o historiador De Certeau (1984) o tempo é continuamente reinventado no cotidiano, em um tempo de curta duração. Mas há, do mesmo modo, um tempo de longa duração, de grandes processos – e tal parece ser o tempo da experiência de imigração, com a qual lidamos - o tempo da vida dos sujeitos no séc. XIX a partir de sua materialidade. Mas, do mesmo modo, há o resgate de um tempo longo quando do envolvimento das novas gerações na investigação dos passados de seus ancestrais.

Os jovens que se constituem como alguns de nossos primeiros interlocutores foram atrás das histórias dos velhos - esses que, como afirma Bosi (1994), assumem por função social o narrar, liberados que estão das memórias unicamente voltadas à ação, e que podem, assim, ter em aberto o processo de evocação de outras temporalidades. Os adolescentes assumiram a postura de netos que ouvem com atenção os dizeres de seus avôs, contrariando a lógica da tendência de decaimento da arte de contar histórias. O que nos remete as palavras de Bosi (1994):

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos de uma mão para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos (Bosi 1994: 90).

Às histórias contadas pelos velhos, das quais os jovens já se tornam portadores, irão se somar às muitas histórias que serão descobertas, desencavadas, lidas na superfície das coisas que o tempo não consumiu.

Bem, por aqui ficamos. Apresentamos o que nos liga de memória, de temporalidades, de identidades com Arqueologia. Continuemos, sobre o que tudo isto tem a ver com Patrimônio e Educação.

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO — O QUE ISTO TEM A VER COM ARQUEOLOGIA?

Na proposta de trilhar um caminho em busca da aproximação do conhecimento científico da Arqueologia com o conhecimento da comunidade, tendo como porta de entrada a escola, nos deparamos com alguns desafios. O primeiro deles era responder a questão: qual a relação possível entre Educação, Patrimônio e Arqueologia? Três conceitos complexos e extremamente dinâmicos estavam imbricados nesta proposta, cada um deles com suas premissas e pressupostos teórico-metodológicos que não podemos desconsiderar.

A discussão/reflexão com a comunidade sobre os elementos identitários que integram seu universo cultural e suas concepções sobre patrimônio pressupunha a capacidade de captar o sentido das construções narrativas que permeiam o cotidiano desta comunidade e representam simbolicamente a identidade do grupo. Mais que isso, a sensibilidade para potencializar o ato de compartilhar experiências, ao invés de transmitir, revelar, doutrinar. Isto seria possível através de uma relação dialógica, no sentido atribuído por Freire (1987), problematizando as experiências e as produções narrativas sobre as várias dimensões constitutivas da dinâmica social de tempos passados. Essa opção está coerente com os princípios epistemológicos da Arqueologia Pública que optamos por empreender.

A instituição escolar apresentou-se como uma opção lógica, uma vez que permite o contato com gerações pretéritas através de ações educativas proposta aos alun@s. No entanto, essa escolha suscitou outro desafio: implicou na reflexão sobre conhecimento, currículo e patrimônio e, mais que isso, a certeza que diferentes concepções sobre estes aspectos se confrontariam durante o processo. O trabalho envolveria profissionais com práticas sociais, formação acadêmica e experiências pessoais diferenciadas.

A instituição escolar tem por função trabalhar com o conhecimento socialmente produzido, não como transmissão pura e simples, mas na perspectiva da sua reconstrução e re-elaboração. Nesse sentido, convém questionar de qual conhecimento estamos falando? Falamos do conhecimento que propicia a formação de sujeitos críticos que sabem pensar e intervir de modo alternativo na realidade. Estamos falando de conhecimento com qualidade política (Demo 2000), e que, por isso mesmo, garante a quem tem acesso a ele agir de forma crítica no meio em que vive. Morin (2002:36) ressalta que

(...) o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido a palavra precisa do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do texto no qual se anuncia (Morin 2002: 36).

Nesta linha de raciocínio, a questão que se apresenta é como organizar e operacionalizar as ações educativas com o patrimônio no geral e o arqueológico em particular ultrapassando o aprender e perseguindo o apreender. Sensibilizar para o patrimônio, promover uma atitude positiva ante questões preservacionistas implica construção e, nesse sentido, não cabem ações de divulgação e apresentação de caráter eventual. Segundo Anastasiou e Alves (2006)

(...) como a aprendizagem exige a compreensão e apreensão do conteúdo pelo aluno, é essencial a construção de um conjunto relacional, de uma rede, de um sistema, em que o novo conhecimento apreendido pelo aluno amplie ou modifique o sistema inicial, a cada contato (Anastasiou e Alves 2006:16).

As concepções sobre o ato de conhecer e as estratégias utilizadas para que a elaboração e síntese do conhecimento se processem são variadas. Na maioria das vezes, conflitantes. Asseveramos na diversidade de estratégias que poderiam ser utilizadas pelos diferentes profissionais envolvidos no processo. Apostamos nas trocas, mas apostamos fundamentalmente na capacidade destes profissionais em reinventar suas práticas pedagógicas e estabelecer relações profissionais pautadas na cooperação e interação.

No espaço formal da escola, o conhecimento está expresso no currículo, que, segundo Silva, (2001:12), “estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades”, resultando na síntese de conhecimentos, valores, costumes, crenças e hábitos que integram as experiências pedagógicas que serão vivenciadas no Ensino Fundamental e no Médio. Na sua construção, seleciona, exclui, prioriza saberes e determina as relações entre educandos e educadores, estabelecendo papéis e funções de cada um. Ao propor uma investigação segundo os princípios da Arqueologia Pública e Comunitária pensamos no currículo enquanto produção de sentido e de identidades que para ser construído carrega em si a concepção de cultura e seu dinamismo.

Há, portanto, uma relação dialética entre conhecimento e cultura que orienta a organização do currículo. A cultura traduz o modo de compreender o mundo social, de decifrá-lo, de torná-lo inteligível. Nesse processo, “produzimos significados e sentidos que queremos que prevaleçam relativamente aos significados e aos sentidos de outros indivíduos e de outros grupos” (Silva 2001: 21). Ao conceber um trabalho de investigação sobre as atribuições de sentido e identidades locais e compreendendo a cultura material como resultado das relações sociais estabelecidas e dos elementos simbólicos que a integram, não podemos pensar o currículo como um conjunto de fatos e informações que serão transmitidos aos jovens de maneira estática.

Para Freire (1987), a realidade é o ponto de partida, ou seja, a estruturação do currículo parte da problematização da realidade, resultando no diálogo constante entre os sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, “a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade” (1987:70). A existência concreta dos educandos, sua visão de mundo, aspirações e preocupações serão objeto de investigação e sistematização no processo educativo. Nesse sentido, o currículo escolar não pode desconsiderar a produção cultural. Giroux (1980) concebe o currículo como política cultural postulando que o mesmo não transmite conhecimentos objetivos, mas constrói valores sociais e culturais. A proposta de trabalho com professores e alun@s da Escola Estadual de Ensino Médio José Generosi estava baseada nesta concepção de currículo considerando a existência de uma relação estreita entre patrimônio, identidade e cidadania.

A promoção de ações educativas com o patrimônio não é uma novidade. Sua história tem início em 1983, quando foi realizado um seminário sobre O Uso Educacional dos Museus e Monumentos, no Rio de Janeiro. Nesse evento foi utilizada, pela primeira vez no Brasil, a expressão Educação Patrimonial pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta. As discussões pautaram-se na problemática da incorporação do Patrimônio Cultural nas ações educativas dos museus enquanto veículos de consolidação da proteção do bem cultural através do conhecimento. A expressão introduzida por Horta propunha um ensino centrado no objeto cultural. Nesse evento Horta apresenta a primeira definição de Educação Patrimonial: “Poderíamos defini-la, em termos objetivos, como o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura. Ou ainda como o processo educacional que considera o objeto como fonte primária do ensino.” (Horta apud Santos 1997: 32).

Nos anos seguintes a definição inicial vai sendo modificada em alguns aspectos. A expressão cultura material é substituída por matéria da cultura, incluindo-se aí os bens tangíveis e intangíveis. Em 1999, outras expressões são acrescentadas: “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado

no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (Horta, Grunberg e Monteiro 1999: 6).

A idéia de processo associado aos adjetivos permanente e sistemático aponta para uma seqüência de operações que apresentam certa unidade como uma das características da Educação Patrimonial, em oposição a eventos e ações isolados e descontextualizados.

Quanto aos fins da Educação Patrimonial, as autoras são explícitas: enriquecimento individual e coletivo. Percebe-se que o desafio da aprendizagem centra-se na superação da tendência puramente instrucional e aponta para o caráter transformador da aprendizagem. O conhecimento do universo cultural não se dá por imposição, por disciplinação, pelo discurso do outro, pela prescrição. Pelo contrário, supõe uma postura questionadora em face dos modelos explicativos (Freire 1982; 2000) e uma rejeição às determinações culturais, políticas, econômicas e sociais.

Pensada inicialmente para ser aplicada em instituições museus, os princípios da Educação Patrimonial acabam extrapolando o espaço dos museus, mesmo sem ter sido consolidados como trabalho efetivo dessas instituições. A dificuldade de configurar currículos escolares que considerem a cultura como elemento estruturante ainda é um obstáculo a ser superado. Normalmente trabalha-se com um repertório fetichizado de produtos culturais uniformizados e tornados elementos estrategicamente constitutivos da cultura brasileira. As propostas de Educação Patrimonial aparecem de forma incipiente, muitas vezes realizadas como uma atividade “diferente” demonstrando que a relação entre educação e cultura está ainda longe de ser consolidada.

Um dos fatores restritores das experiências educativas com o patrimônio está relacionado à dificuldade dos professores de identificarem as diferenças nas práticas, nos processos e padrões e os fatores que determinam as transformações culturais e o quanto isso interfere/interferiu no processo de identificação. Na maioria das vezes, os professores buscam uma resposta padronizada. Eles pretendem saber quais são os elementos que fazem parte de uma dada cultura, como ela se organiza e se manifesta sem a preocupação em trabalhar com o processo de construção do universo cultural ao longo do tempo. A esse respeito Horta, Grunberg e Monteiro (1999: 7) são claras:

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam (Monteiro 1999: 7).

O trabalho com Educação Patrimonial envolve a análise dos processos de reutilização, absorção e a conseqüente reelaboração/reconstrução de significados.

Então mais do que aprender o patrimônio, importa aprender os instrumentos da sua constituição. Isso está explícito no pensamento de Horta (1992) que agrega à discussão as premissas da andragogia, propostas por Malcom Knowles, centradas no processo de aquisição do conhecimento ou, como explicita a autora, a “arte e ciência de ensinar as pessoas a aprender” (1992:63).

Nas ações educativas é importante promover a capacidade de reconstruir os modelos explicativos do universo cultural através de lógicas diferenciadas. Essa capacidade é que nos coloca como sujeitos efetivos da nossa história: usamos o conhecimento para romper com a força normatizadora dos dogmas, dos paradigmas. No campo do patrimônio, conhecer dialeticamente significa refletir sobre o universo cultural, mobilizar saberes, habilidades e inteligências para questionar a memória instituída e a produção dos esquecimentos, dos signos não selecionados para representar a produção cultural em determinado espaço e tempo. Mas isso não é tudo! Importa também exercitar a competência de intervir de forma ativa no processo de seleção, conservação e preservação.

O exposto até o momento serviu de base para o desenvolvimento de nossas ações. Propomos romper com a idéia de patrimônio ligada à mistificação do passado para enfocá-lo como construção social, propiciando a participação de diferentes grupos sociais nas deliberações sobre o Patrimônio Cultural. Considerando as questões identitárias como ponto central para a construção e apropriação do conhecimento arqueológico, a equipe do projeto trabalhou com professores e alun@s da Escola Estadual José Generosi da Região Administrativa de Forqueta, em Caxias do Sul, para investigar as percepções, as narrativas dos sujeitos sobre as lembranças que permeiam o universo cultural da comunidade e os significados atribuídos a eles.

No processo de instrumentalização dos professores afloraram os antagonismos entre as diferentes concepções de ensino, de conhecimento, de competências e habilidades que integram o currículo escolar. Todavia os professores aceitaram participar do projeto e se propuseram a desenvolver as atividades com uma turma piloto, embora o grau de envolvimento e de compreensão destes profissionais fosse diferenciado. Isto ficou evidente no planejamento das situações de aprendizagem que seriam propostas aos alun@s. Alguns profissionais deixavam transparecer sua angústia com a duração das atividades, com os conteúdos que tinham que desenvolver e preocupavam-se mais com o produto do que com o processo: vou propor que eles façam um teatro! Eles podem elaborar um jornal! Seria interessante fazer um vídeo! Outros, no entanto, perceberam a complexidade do trabalho interdisciplinar que estavam realizando e conseguiram situar a sua área de conhecimento no contexto do projeto, selecionando conceitos e conhecimentos que contribuiriam no processo de investigação que estava sendo desencadeado. Mais que isso, o planejamento que propuseram contemplava a

articulação progressiva de sistemas conceituais necessários para a consecução dos objetivos.

No momento da aplicação do planejamento o aspecto significativo e preocupante era a forma como os alun@s seriam desafiados a se envolver no processo e, além disso, que efeitos produziriam o contato com concepções diferenciadas sobre memória, patrimônio e identidade. A clareza da estrutura conceitual era fator determinante para o sucesso do trabalho de investigação e elaboração e síntese do conhecimento. A produção discursiva de alguns professores denotava a visão laudatória do processo de imigração e os conceitos de patrimônio e identidade não tinham sido absorvidos de forma adequada. No entanto, apostamos na sua capacidade de reflexão sobre o fazer e o saber, e, além disso, nos momentos de trocas e socialização de resultados entre os professores e alun@s que permitiriam uma (re)elaboração das concepções iniciais.

A segunda parte do trabalho propunha ações de mobilização e construção do conhecimento com os alun@s incluindo três oficinas. As atividades desta etapa permitiram uma avaliação dos resultados através das produções discursivas dos alun@s e socialização dos seus trabalhos. A maior parte da turma utilizou-se do recurso da história oral, entrevistando pessoas da comunidade sobre diferentes aspectos da dinâmica social de outros tempos. A edição dos vídeos demonstrava claramente a sensibilização dos alun@s para as questões da memória, identidade e a importância da preservação. Mais que isso, os depoimentos apontavam lugares com potencial arqueológico.

A atividade de escavação simulada possibilitou trabalhar com as hipóteses explicativas dos alun@s sobre os vestígios coletados e aprofundar a reflexão sobre as possibilidades do trabalho de intervenção arqueológica em Forqueta. Ao desmistificar o saber e o fazer da Arqueologia os alun@s passaram a reconhecer-se no discurso arqueológico, apropriando-se das estratégias e dos mecanismos do processo de interpretação do passado.

Seria infinitamente mais fácil se a equipe selecionasse um ou vários locais com potencial arqueológico, realizasse o trabalho e apresentasse os resultados para a comunidade. Optamos pelo caminho mais tortuoso. Estamos construindo uma rede de significados e educando o olhar para os vestígios da cultura material. Neste percurso, lidamos com o imprevisto, com o conhecimento do senso comum, com as visões ufanistas sobre o passado. Por outro lado, estamos consolidando uma educação para o patrimônio pautada na apropriação dos mecanismos de identificação e seleção do patrimônio e nas formas possíveis de preservação em que a comunidade tem papel decisivo.

O QUE PRETENDEMOS FAZER — AÇÕES PARA OS FUTUROS.

Assim estamos apresentados e o que até agora fizemos. As continuidades futuras são os desafios desta tal de Arqueologia Comunitária que nos instiga e envolve nossas ações. Os próximos passos são por caminhos de estabelecer parcerias, mútuas compreensões e entendimentos sobre que passados queremos conhecer o que é preciso esquecer e não mais saber. Também estaremos enfocados na concretização e na definição de possíveis objetos substantivos inerentes a pesquisa arqueológica em unidades domésticas oitocentistas da imigração italiana. De nosso lado acadêmico, sempre norteados pelos objetivos de uma Arqueologia Pública e Comunitária, buscaremos particularidades de uma realidade empírica, histórica e espacialmente situada. Parafraseando Bourdieu (2005), seria estudarmos um caso particular num universo de configurações possíveis.

Vamos entrando por Travessões e Linhas diversas por entre as unidades domésticas atuais de Forqueta. Lá estão as pessoas e seus passados. Estes se manifestam em silêncios, em desconfianças, em olvidos, em presença forte e falante nos fazeres cotidianos das lidas agrícolas, dos antigos objetos empoeirados ou dispersos pelas moradas. Os passados se marcam também pelas antigas casas de madeira e demais edificações nas unidades domésticas, aquelas primeiras de séculos de ontem, quase tombando ao chão pelas forças inexoráveis das entropias do tempo ou por vestígios que afloram pelos velhos solos cultivados. Assim, as pessoas de Forqueta e suas vidas e nós da Arqueologia.

Seguimos e acreditamos o que tão marcado ficou no último congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em setembro de 2009, no que diz respeito ao tal compromisso social de uma arqueologia engajada: humildade, compreensão e escuta. São nossas metas. É o que estamos propondo em nossos fazeres.

AGRADECIMENTOS

Este artigo de três cabeças e seis mãos faz lembrança de agradecimento às colaborações, críticas e sugestões advindas d@s colegas Fernanda Bordin Tocchetto, Artur Henrique Barcelos, Mariana Cabral Petry, Lucio Meneses Ferreira, Tânia Andrade Lima, Luis Claudio Symanski. Também lembramos a constante e qualificada atuação das nossas companheiras Gabriela Dors Battassini, Daiane Pereira e Luiza Polo, acadêmicas do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul. Tudo o que aqui foi escrito, no entanto, é de inteira responsabilidade dos três nomes que assinam este texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIOU, L.; ALVES, L. 2006. Processos de ensinagem na Universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. UNIVILLE, Joinville.
- ARENDT, J. C. e PAVANI, C.F. 2006. América: a anti-utopia da imigração italiana. *Conexão – comunicação e cultura*. Vol.:5(9):219-241, Caxias do Sul.
- AZEVEDO, T. de. 1982. Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Cátedra/INL, Porto Alegre, Rio de Janeiro.
- BACHELARD, G. 1988. *A Dialética da Duração*. Ática, São Paulo.
- BARBOSA, F.D. 1980. São Vigílio da Segunda Légua – cem anos de história. Educus, Caxias do Sul.
- BARILE, K. and BRANDON, J. (eds.). 2004. Household chores and household choices – theorizing the domestic sphere in Historical Archaeology. University of Alabama Press, Tuscaloosa.
- BARTH, F. 1988. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P. & STREIFFENART, J. (orgs.). *Teorias da Etnicidade*. Editora Unesp, São Paulo. Pp. 187-227.
- BATE, L.F. 1998. *El proceso de investigación arqueológica*. Crítica, Barcelona.
- BATTISTEL, A. I. 1998. *Polenta e Liberdade*. Edições EST, Porto Alegre.
- BEAUDRY, M. 1984. Archaeology and the historical household. *Man in the North-east*, Vol.: 28: 27-38.
- BEHELLONI, B. 2006. A identidade cultural como fator de integração – comunicação, história, cultura e memória na hibridação dos itálicos no Brasil. USP/ECA, São Paulo (dissertação de mestrado).
- BENJAMIN, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense, São Paulo.
- BERGAMASCHI, H.D.E. 2007. Propriedade: identidade e cultura regional. In: GIRON, L. S. e RADUNZ, R. (orgs.). *Imigração e Cultura*. Educus, Caxias do Sul. Pp. 17-38.

- BEZERRA DE ALMEIDA, M. 2002. O Australopiteco Corcunda – as crianças e a arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. USP/FFLCH/PPG, São Paulo (tese de doutorado).
- _____. 2003a. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, Vol.:.1(2): 275-295, Goiânia.
- _____. 2003b. Somos todos educadores?: o papel do arqueólogo na educação. Anais do XII Congresso da SAB: 1-3 (CD-R), São Paulo.
- BHABHA, H. 2005. O local da cultura. UFMG, Belo Horizonte.
- BLANTON, R.E. 1994. Houses and households – a comparative study. Plenum Press, New York.
- BOSI, E. 2004. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. Companhia das Letras, São Paulo.
- BOURDIEU, P. 1998. Outline of a theory of practice. University Press, Cambridge.
- _____. 2005. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 7ª edição. Papirus, Campinas.
- BRUHNS, K. 2007. Adultos aprendem brincando: uma proposta de atividades lúdicas com para os trabalhadores das PCHS Contestado e Coronel Araújo-Água Doce, SC. Anais do XIV Congresso da SAB: 1-13 (CD-R), Florianópolis.
- BUCHLI, V. and LUCAS, G. (eds.) 2001. Archaeologies of the contemporary past. London.
- BURKE, H. 1999. Meaning and ideology in Historical Archaeology - style, social identity, and capitalism in Australian town. Kluwer Academic, New York.
- BURKE, P. 2003. Hibridismo cultural. EDUNISINOS, São Leopoldo.
- CASTELLS, Manuel. 1999. A sociedade em rede. Paz e Terra, São Paulo.
- CERQUEIRA, F.V. e SCHWANZ, J.K. 2007. O Memoriar: uma experiência regional de educação patrimonial no sul do Rio Grande do Sul. Anais do XIV Congresso da SAB: 1-16 (CD-R), Florianópolis.
- CERTEAU, M. de. 1996. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Vozes, Petrópolis.
- CHAT 2009: Modern materials: the archaeology of things from the early modern,

modern and contemporary world. Keble College, Oxford Universtiy, 16 a 18 de novembro de 2009 (consulta ao site em 01 de zembro de 2009).

COMERLATO, F. 2003. Retrospectiva da Arqueologia Histórica em Santa Catarina. Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, PUCRS: 2-17, Porto Alegre.

COELHO, L.A.L. 2002. Tal objeto tal dono. In: LOPES, L.P. de M & BASTOS, L. Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Mercado de Idéias, Campinas: 69-81.

COSTA, R. et al. 1976. Antropologia visual da imigração italiana. EST/UCS, Porto Alegre.

DE BONI, L.A. e COSTA, R. 1984. Os italianos do Rio Grande do Sul. EST, Porto Alegre.

DE CUNZO, L.A. and HERMAN, B.L. (eds.). 1996. Historical Archaeology and the study of american culture, Univ. of Tennessee Press, Knoxville. DEMO, P. 2000. Educação e conhecimento. Vozes, 2000, Petrópolis.

FERREIRA, L. M. 2008. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. Revista Arqueologia Pública, nº 3: 81-92, São Paulo.

_____ 2007- Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Unicamp/PPG em História, Campinas (tese de doutorado).

_____ 2002- Vestígios de Civilização: a Arqueologia do Brasil Imperial (1838/1877). UNICAMP, Campinas – (dissertação de mestrado).

_____ 2001a- Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romanismo no Brasil Imperial (1838/1870). Revista de História da Arte e Arqueologia. Vol.:???, Campinas.

_____ 2001b- Um bando de idéias novas na Arqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, nº 11: 21-33, São Paulo.

_____ 2000. Arqueologia e Geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas. In: Arqueoweb [Online]. Disponível em: www.ucm.es/info/arqueoweb,

- _____ 1999. Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, Vol.:4 (1): 9-36.
- FERREIRA, M. C. L. 2001. Glossário de termos do discurso. UFRGS/Inst. de Letras, Porto Alegre.
- FOUCAULT, M. 2008a. O nascimento da biopolítica. Martins Fontes, São Paulo.
- _____ 2008b Segurança, Território, População. Martins Fontes, São Paulo.
- FREIRE, P. 1982. A importância do ato de ler. Cortez, São Paulo.
- _____ 1987. Pedagogia do oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ 2000. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, São Paulo.
- FRANZINA, E. 2006. A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Ed. UNICAMP, Campinas.
- FRIEDMAN, J. 2004. Globalization and Localization. In: INDA, J. X. & ROSALDO, R. (eds). *The Anthropology of Globalization*. Blackwell, Malden. Pp. 233-246.
- FROSI, V.M. e MIORANZA, C. 2009. Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul – processos de formação de uma comunidade ítalo-brasileira. Educs, Caxias do Sul.
- FUNARI, P.P.A. et al. 1999. *Historical Archaeology – back from the edge*. Routledge, London.
- FUNARI, P. P. A. 2004. Public archaeology in Brazil. In: Merriman, N. (ed.). *Public archaeology*. Plenum Press, London, New York: 202-210.
- _____ 2007a. Teoria e Arqueologia Histórica: a América Latina e o mundo. *Vestígios*, Vol.:1(1): 51-58, Belo Horizonte.
- _____ 2007b Arqueologia e patrimônio. Habilis, Erechim.
- GARDINER, M.E. 2000. *Critiques of everyday life*. Routledge, London, New York.
- GEERTZ, C. 1989. A interpretação das culturas. LCT, Rio de Janeiro.

- GIBB, J. G. 1996. *The archaeology of wealth – consumer behavior in english america*. Plenum Press, New York.
- GILCHRIST, R. 2005. Introduction: scales and voices in world historical archaeology. *World Archaeology*, Vol.: 37 (3): 329-336.
- GILROY, P. 2008. *O Atlântico Negro*. Ed. 34, Rio de Janeiro.
- GIRON, L.S. 1977. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Pref. Mun./EDUCS, Caxias do Sul.
- _____. 2001. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Educs, Caxias do Sul.
- _____. 2004. Da identidade à etnicidade. In: CHAVES, F. L. e BATISTI, E. (orgs.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Educs, Caxias do Sul. Pp. 53-60.
- _____. 2007. Identidade: região e valores. In: GIRON, L. S. & RADNUZ, R. (orgs.). *Imigração e Cultura*. Educs, Caxias do Sul. Pp. 39-60.
- _____. 2008. *Dominação e subordinação – mulher e trabalho na pequena propriedade*. Edições EST, Porto Alegre.
- GIRON, L.S. e BERGAMASCHI, H.E. 2005. *Terra e homens – colônias e colonos no Brasil*. EDUCS, Caxias do Sul.
- GIROUX, H. 1980. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Vozes, Petrópolis.
- GIVEN, M. 2004 *The archaeology of the colonized*. Routledge, London.
- GNECCO, C. 2001. *La arqueología como discurso regulador*. Comunicação apresentada na XIª Reunião Científica da SAB, Rio de Janeiro.
- _____. 2009. *Caminos de la Arqueologia: de la violencia epistémica a la racionalidade*. In: *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas* Vol.: 4(1): 15-26, Belém.
- GOSDEN, C. 2004 *Archaeology and colonialism – cultural contact from 5000 BC to the present*. Cambridge Univ. Press, Cambridge.
- GROSELLI, R.M. 1987. *Vencer ou morrer – camponeses trentinos (Vênets e Lombardo) nas florestas brasileiras – 1ª parte*. EDUFSC, Florianópolis.

- GROOVER, M. 2005. The Gibbs farmstead: household archaeology in an internal periphery. *International Journal of Historical Archaeology*, Vol.: 9(4):229-289.
- HADLEY, K.-A. 2002. Choice-flowers and well-ordered tables: struggling over gender in a nineteenth-century household. In: *International Journal of Historical Archaeology*, Vol.: 6(3): 173-185.
- HALBWACHS, M. 1990. A memória coletiva. Vértice, São Paulo.
- HALL, M. & SILIMAN, S.W. 2006. *Historical archaeology*. Blackwell, Oxford.
- HALL, M. 2000a. *Archaeology and the modern world – colonial transcripts in South Africa and the Chesapeake*. Routledge, London.
- HALL, S. 2000b. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis. Pp. 103-133.
- _____. 2003. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. UFMG, Belo Horizonte.
- HERÉDIA, V.B.M. 1997. *Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana*. Educs, Caxias do Sul.
- _____. 2003. Apontamentos para uma história econômica de Caxias do Sul: de colônia a município. In: ZUGNO, P. & HERÉDIA, V. B. M.(orgs.). *Anais do Seminário Internacional Vêneto/RS: modelos de desenvolvimento comparados*: 71-86, Caxias do Sul.
- _____. 2004. Etnicidade e cultura regional. In: CHAVES, F. L. & BATISTI, E. (orgs.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Educs, Caxias do Sul Pp. 35-51
- _____. 2005. O mito do imigrante no imaginário da cultura. *Métis História & Cultura*, Vol.: 4(8): 233-244.
- HERNANDO, A. 2002. *Arqueología de la identidad*. Akal, Madrid.
- HODDER, I. 2003. Archaeological Reflexivity and the “Local” Voice. *Anthropological Quarterly*. Vol. 76(1): 55 - 69.
- HORTA, M. de L. P. 1992. *Educação Patrimonial*. Anais do 1 Congresso Latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística. Perspectivas para sua preservação. Porto Alegre.

- _____. 2000. Fundamentos da Educação Patrimonial. Ciências e Letras – Revista da Fac. Porto Alegrense de Educação, n.27: 25-35. Porto Alegre.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. 1999. Guia Básico de Educação Patrimonial. IPHAN, Museu Imperial: Brasília.
- IOTTI, L. 2001. O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos Relatos Consulares. EDUCS, Caxias do Sul.
- JOHNSON, M. 1996. An archaeology of capitalism. Blackwell, Oxford.
- KALRA, V. et al. 2005. Diaspora & Hybridity. Sage, London.
- KERTZER, D.T. 1991. Household history and sociological theory. Annual Review of Sociology, Vol.: 17: 155-179.
- KRETZMANN, C.G. 2007. Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. Programa de Mestrado em Direito, Caxias do Sul (dissertação de mestrado).
- LARAIA, R. B. 2003. Cultura, um conceito antropológico. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- LARRAIN, J. 2003. El concepto de identidad. Revista da Famecos, n. 21: 30-42.
- LATOUR, B. 1994. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Ed. 34, Rio de Janeiro.
- LEONE, M. P. & POTTER Jr., P.B. 1999. Historical archaeologies of capitalism. Kluwer Academic/Plenum, New York.
- LEROI-GOURHAN, A. 1987. O gesto e a palavra. Memória e ritmos. Edições 70, Lisboa 2v.
- LIEBMANN, M. and RIZVI, U.Z. 2008. Archaeology and the Postcolonial Critique. Altamira Press, Lanham.
- LILLIOS, K.T. 1999. Objects of memory: the ethnography and archaeology of heirlooms. Journal of Archaeological Method and Theory, Vol.: 6(3): 235-262.
- ANDRADE LIMA, T. 2002. Os marcos teóricos da Arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. In: Estudos Ibero-Americanos. Vol.: 28(2): 07-23.

- _____ 1993 Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991) Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material, n. 1: 225-262. São Paulo.
- LÓPEZ-AGUILAR, F. 2002. La noción de patrimonio entre lo local y lo global, una Mirada al patrimonio cultural arqueológico. Revista de Arqueologia Americana. Vol.: 21: 155-169.
- MACHADO, M.B.P. 2001. Caixas de memória. Ciências e Letras – Rev. da Fac. Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31: 297-305. Porto Alegre.
- MACHADO, P.P. 1999. A política de colonização do Império. Ed. da UFRGS, Porto Alegre.
- MAESTRI, M. 2005. Os senhores da Serra – a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875/1914). UPF, Passo Fundo.
- MARSHALL, Y. 2002. What is community archaeology. World Archaeology, Vol.: 32 (2): 211-219.
- MATTÉ, A.K. 2008 Prazeres velados e silêncios suspirados – sexualidade e contravenções na Região Colonial Italiana (1920/1950). PUC/IFCH/PPG em História, Porto Alegre (dissertação de mestrado).
- MATTHEWS, C.N. 2004. Public Significance and Imagined Archeologists: Authoring Pasts in Context. International Journal of Historical Archaeology. Vol. 8(1): 01 - 25.
- MCMANAMON, F.P. 2000. Archaeological messages and messengers. Public Archaeology, Vol.: 1: 5-20.
- MENESES, U. T. B. de. 1987. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. (org.). Cultura brasileira – temas e situações. Ática, São Paulo. Pp. 182-190.
- MESKELL, L. 2002. The Intersections of identity and Politics in Archaeology. Annu. Rev. Anthropol. Vol.: 31: 279-301.
- MOCELLIN, M.C. 1993. Narrando as origens: um estudo sobre a memória mítica entre descendentes de imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. UFRGS/IFCH/PPG em Antropologia, Porto Alegre (dissertação de mestrado).

- _____. 2008. Trajetórias em rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. UNICAMP/IFCH/PPG em Ciências Sociais, Campinas (tese de doutorado).
- MONTEIRO, C. 2001. Porto Alegre e suas escritas – histórias e memórias. PUC/IFCH/PPGH, São Paulo (Tese de doutorado).
- MOORE-GILBERT, B. 2000. Postcolonial theory – contexts, practices, politics. Verso, London.
- MORIN, E.. 2002. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez; Brasília, DF:UNESCO, São Paulo.
- MROZOWSKI, S. A. 1984. Prospects and perspectives on an archaeology of the household. *Man the Northeast*, Vol.: 27: 31-49.
- NASCIMENTO, H.F. 2007. Por uma antropologia da Arqueologia: as possibilidades e percepções do contato entre arqueólogos e moradores da Vila de Guajaraúna, Moju/PA. Anais do XIV Congresso da SAB: 1-13 (CD-R), Florianópolis.
- NASCIMENTO, R. R.F. 2009. Campo dos Bugres-Sede Dante: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884). PUCRS/PPG em História, Porto Alegre (dissertação de mestrado).
- NAJJAR, J. 2003. De educador e de arqueólogo todo mundo tem um pouco (embora educadores e arqueólogos sejam poucos): algumas reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia. In: Anais do XII Congresso da SAB: 1-6 (CD-R), São Paulo.
- NAJJAR, R. 2002. Arqueólogos e comunidade: parceiros ou rivais? *Revista de Arqueologia Americana*. Nº 21, 173 - 190.
- NAJJAR, J. & NAJJAR, R. 2006. Reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia: uma análise do papel do IPHAN como educador coletivo. In: LIMA FILHO, M. & BEZERRA, M. (orgs.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Alternativa, Goiânia. Pp. 171-181.
- OLIVEIRA, R. C. de. 2006. *Caminhos da identidade*. EDUNESP, São Paulo.
- OLIVEIRA, L. D. de & SYMANSKI, L.C.P. 1999 Arqueologia Histórica no Sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA*, Vol.: 23(29): 255-285, Santa Cruz do Sul.

- ORLANDI, E. 2000. *Análise de Discurso - princípios & procedimentos*. Pontes, Campinas.
- ORSER, C. E. Jr. 1992. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Oficina de Livros, Belo Horizonte.
- _____. 1996. *A Historical archaeology of the modern world*. Plenum Press, New York, London.
- _____. 2002. *Encyclopedia of Historical Archaeology*. Routledge, London.
- PAZ, I. N. Et al. 2006. *Evolução política e econômica de Nova Petrópolis: de colônia provincial a município, de pequena propriedade ao turismo*. Corag, Porto Alegre.
- PETRONI, M.T.S. 1982. *O imigrante e a pequena propriedade*. Brasiliense, São Paulo.
- POSENATO, J. 1983. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul – assim vivem os italianos, vol.4*. Porto Alegre.
- POSSAMAI, P.C. 2004. *Os trentinos no Rio Grande do Sul. História, debates e tendências (dossiê: Brasil – Itália, travessias)*. Vol. 5(1). Passo Fundo.
- POZENATO, J.C. 2006. *A Babilônia*. Maneco, Caxias do Sul.
- _____. 2003. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. EDUCS, Caxias do Sul.
- _____. 2000. *A Cocanha*. Mercado Aberto, Porto Alegre.
- _____. 1997. *O Quatrilho*. Mercado Aberto, Porto Alegre.
- POZENATO, K.M.M. e GIRON, L.S. 2007. *Identidade: cultura e memória*. Métis, Vol. 6(12): 113-136.
- PYBURN, K.A. e BEZERRA, M. 2006. *Arqueologia em 5 tempi: reflexões sobre o workshop “Gerenciamento do Patrimônio Cultural-Arqueologia”, Goiânia, Brasil*. In: LIMA FILHO, M. e BEZERRA, M. (orgs.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Alternativa, Goiânia Pp.183-190.
- RAHMEIER, C. S. 2008. *Cultura Material e Identidade Social: a arquitetura doméstica e a sociedade estancieira gaúcha do século 19*. Anais do VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre

- _____. 2007. Sociedade, corpo e cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. OPSIS (UFG), Vol.: 7: 33-42.
- RAMOS, E.H.C. Da L. 2007. Patrimônio, memória e história: as “marcas” da trajetória imigrante nos países do Cone Sul – um estudo comparado. História Unisinos, Vol.: 11 (3): 367-370.
- RIBEIRO, C. M. P. J. 2005. Anotações de literatura e de cultura regional. EDUCS, Caxias do Sul.
- RIBEIRO, C. M. P. J. e POZENATO, J. C. 2001. Caminhos e Passos: aspectos históricos e culturais da área da usina hidrelétrica Machadinho. EUCS, Caxias do Sul.
- _____. 2002. Terra & Gente: aspectos históricos, culturais e paisagísticos da área do AHE Quebra-Queixo. EDUCS, Caxias do Sul.
- _____. 2004. Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes: 25 anos do Ecirs. EDUCS, Caxias do Sul.
- _____. 2005. Fronteiras sem divisas: aspectos históricos e culturais da área da Usina Hidrelétrica Barra Grande. EDUCS, Caxias do Sul.
- SANTAELLA, L. 1983. O que é Semiótica. Brasiliense, São Paulo.
- SANTOS, M. de O. 1997. Lições das coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na Educação Patrimonial. PUC, Rio de Janeiro. (dissertação de mestrado)
- _____. 2005. Do itálico berço à nova pátria brasileira. Fragmentos de Cultura, Vol.: 15(8): 1267-1280.
- SEYFERTH, G. 1990. Imigração e cultura no Brasil. UNB, Brasília.
- _____. 2002. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, n. 53: 117-149.
- SILVA, T. T. da. 2000. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T.T. da (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Vozes, Petrópolis Pp. 73-102.
- _____. 2001. O currículo como fetiche: a poética do texto curricular. Belo Horizonte, Autêntica.

- SILVEIRA, F. L. A. da e BEZERRA, M. 2007. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. LIMA FILHO, M. F. et al. (orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Nova Letra, Blumenau: 57-79.
- SYMANSKI, L.C.P. (no prelo) Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: Morales, W.F e Moi, F.P. (orgs.) Cenários regionais de uma Arqueologia Plural, Annablume/Acervo, Campinas.
- SOARES, A. L.R. (org.). 2003. Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria, EDUFSM.
- SPENCER-WOOD, S.M. (ed.). 1987. Consumer choice in Historical Archaeology. Plenum Press, New York.
- TEDESCO, J. C. 2004. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. UPF/EDUCS, Passo Fundo.
- TESSARO, P. A. B. 2009 Um estudo arqueológico da Imigração Italiana em Silveira Martins – RS, Curso de História/UFMS, Santa Maria: 1-15 (monografia de conclusão do curso).
- TOCCHETTO, F. et al. 2004. Fica dentro ou joga fora? - Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. PUC/FFCH/PPG em História, Porto Alegre (tese de doutorado).
- TORO, A. de. 1997. Fundamentos epistemológicos de la condición contemporánea: postmodernidad, postcolonialidad en dialogo con Latinoamérica. Toro, A. de (ed.). Postmodernidad y Postcolonialidad – breves reflexiones sobre Latinoamérica. Vervuert/Iberoamericana, Madrid Pp. 11-49.
- TOCCHETTO, F. e REIS, J.A. 2000. Da cidadania e do pertencimento: lugares de atuação da Arqueologia em Educação Patrimonial. Revista do CEPA, UNISC, Santa Cruz. Vol. 24(31): 61-69.
- UNESCO. 2002. Declaração Universal sobre a diversidade cultural. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acessado em setembro de 2009.
- VANINI, I.A. 2008. História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na (RCI) Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). PUC/IFCH/PPG em História, Porto Alegre (tese de doutorado).

- VIANA, S. A. et al. 2004. Sítio arqueológico Vale do Sonhos: educação patrimonial em contexto urbano. *Habitus*, Vol.: 2(1):51-71. Goiânia.
- WACQUANT, L. 2004. Mapeando o Habitus. *Habitus*, Vol.: 2(1):11-18. Goiânia.
- WEBER, M. 1991. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade*. Vol.: 1 p.267-277. Brasília.
- WILK, R. and RATHJE, W. 1982. Household archaeology. *American Behavioral Scientist*, Vol.: 25(6): 613-639.
- WOODWARD, K. (org.). 1997. *Identity and difference*. Sage, London.
- YOUNG, R. 2005. *Desejo colonial – hibridismo em teoria, cultura e raça*. Perspectiva, São Paulo.
- ZANINI, M.C.C. 2006. *Italianidade no Brasil Meridional – a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Ed. da UFSM, Santa Maria.
- _____. 2007. Entre memórias e identidades (étnicas). *História Unisinos*, Vol.: 11 (1),: 40-48.
- ZARANKIN, A. 2007 *El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica em América meridional*. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*,: 15-47. Belo Horizonte.
- ZARANKIN, A. e SALERNO, M.A. 2007. *El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica em América meridional*. *Vestígios*, Vol.: 1(1): 15-47. Belo Horizonte.
- ZARANKIN, A. & SENATORE, M.X. 1996. *Reseña critica sobre arqueologia historica colonial en la Argentina*. *Paginas sobre hispanoamerica colonial – sociedad y cultura*, Vol.: 3: 123-141. Buenos Aires
- _____. 2007. *Historias de um pasado em blanco – Arqueología histórica antártica*. *Argumentum*, Belo Horizonte.